

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA.**

THAÍS FERNANDA KUKA

EDUCAÇÃO FORMAL DE SURDOS COM O APOIO DA CULTURA SURDA.

**PONTA GROSSA,
2023**

THAÍS FERNANDA KUKA

EDUCAÇÃO FORMAL DE SURDOS COM O APOIO DA CULTURA SURDA.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para a obtenção do título de graduada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, área de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Dr. Rita de Cássia da Silva Oliveira.

**PONTA GROSSA,
2023**

THAÍS FERNANDA KUKA

EDUCAÇÃO FORMAL DE SURDOS COM O APOIO DA CULTURA SURDA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de graduada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Licenciatura em Pedagogia.

Ponta Grossa, 09 de fevereiro de 2023.

Prof. Dr. Rita de Cássia da Silva Oliveira – Orientadora
Doutora em Filosofia e Ciências da Educação.
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Vera Lúcia Martiniak
Doutora em Educação.
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Karen Ribeiro
Doutora em Educação.
Universidade Estadual de Ponta Grossa

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar me dando o suporte necessário para chegar até o fim dessa jornada acadêmica e ultrapassar a todos os obstáculos que foram encontrados no decorrer do curso.

A minha orientadora Profa Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira que esteve comigo desde iniciação científica e contribui com as suas orientações.

A todos os professores que tiveram atuando na minha formação acadêmica, que contribuíram com os ensinamentos e permitiram chegar até a conclusão do curso.

A minha família, que me incentivou a continuar a todo o momento a busca pela minha formação e não me permitiu desistir.

E a todas as pessoas que direta e indiretamente me impulsionaram a chegar até a conclusão dessa pesquisa e do curso.

RESUMO

O presente trabalho pretende compreender sobre a educação bilíngue que deve acontecer na escola de ensino regular. Esse trabalho tem o intuito responder a seguinte problemática: como se efetiva a atuação do intérprete de libras na mediação entre conhecimentos e sujeitos (professores, alunos ouvintes e alunos surdos) na educação formal. Definiu-se como objetivo geral da pesquisa discutir a atuação do intérprete de libras na mediação entre conhecimentos e sujeitos (professores, alunos ouvintes e alunos surdos) na educação formal. A pesquisa será desenvolvida em duas partes, na primeira será realizada uma pesquisa bibliográfica, um diálogo entre a revisão de literatura e referencial teórico, a partir dos sites Plataforma da Capes, Catálogo de Teses e Dissertações e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. E a segunda consiste em um referencial teórico, que será realizado com a análise de experiências vividas por surdos no livro “As imagens do outro sobre cultura surda”, de Strobel (2016). Na obra a autora apresenta experiências vivenciadas pelos sujeitos surdos na comunidade surda e ouvinte envolvendo situações diversas, e assim, apresentam a importância da cultura surda e os oito artefatos culturais que são: 1. experiência visual; 2. Linguístico; 3. Familiar; 4. Literatura; 5. Vida Social e Esportiva; 6. Artes Visuais; 7. Política; 8. Materiais, para a criação e autoafirmação de se considerar surdo. O ponto em comum é que ambos possuem pessoas que disseminam a cultura surda, e se observará como acontece a relação de troca entre ambas, para que assim, tenham-se cada vez mais surdos e conhecedores e divulgadores da cultura surda, e também pertencente da comunidade surda, pois o que liga os dois é a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Evidencia-se que o surdo numa escola regular pode trazer desafios, mas a troca de experiências que ele apresenta, é determinante. Pois, um indivíduo surdo em sala de aula, faz o ambiente escolar se estruturar para recebê-lo, como providenciar o tradutor-intérprete de Libras (TILS), adaptarem o currículo e as atividades para esses alunos, estudar a língua e a cultura desse sujeito, para que através dessa promoção, ele possa se desenvolver integralmente. A instituição escolar abre os caminhos para que a sociedade inclua esse sujeito surdo, com todas as suas especificidades, pois ele é alguém único.

Palavras-chave: Cultura surda. Educação Inclusiva. Tradutor-Intérprete de Libras. Comunidade surda. Povo surdo. Libras.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODA	Criança ouvinte de pais surdos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IE	Intérprete Educacional
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LS	Língua de Sinais
SW	Sign Writing
TILS	Tradutor-Intérprete de Libras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I -	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	12
1.2 CONHECENDO A PESSOA SURDA	14
1.3 APROFUNDANDO SOBRE AS ABORDAGENS EDUCACIONAIS PARA OS SUJEITOS SURDOS	17
1.4 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO REGULAR	20
CAPÍTULO II -	25
2.1 A CULTURA SURDA E OS ARTEFATOS CULTURAIS.....	25
2.2 ARTICULAÇÃO DOS OITO ARTEFATOS CULTURAIS.....	29
CAPÍTULO III -	40
3.1 O INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS COMO MEDIADOR ENTRE OS SUJEITOS SURDOS.....	40
3.2 ATUAÇÃO DO TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS.....	43
3.3 A RELAÇÃO DO INTÉRPRETE COM AS PESSOAS SURDAS.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

É perceptível que esse tema surgiu de uma curiosidade na prática educativa da acadêmica, pois se percebe que muitos docentes não sabem conduzir uma prática pedagógica aliada com o trabalho do tradutor-intérprete de Libras (TILS) em sala de aula, e com isso, a responsabilidade do processo educativo recaiu sobre a tradução e interpretação em Libras, e sendo assim, não possibilita uma troca de conhecimentos mais aproximada do sujeito surdo com os seus colegas ouvintes e com os docentes da instituição escolar, tornando um vínculo de aproximação restrita somente em uma pessoa, que é conhecedor da sua língua e cultura, e então, o seu processo de ensino e aprendizagem se torna limitado, pois não possui uma referência na sua cultura surda e uma troca de informações com os seus colegas ouvintes.

Em toda a experiência profissional trabalhando como intérprete de Libras percebe-se a fragilidade na educação regular que os estudantes surdos possuem, por conta disso, desde ano de 2020 é realizado o PROVIC (Programa Voluntário de Iniciação Científica) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde é pesquisado sobre a educação de surdos, e por esse motivo, necessitou-se aprofundar o estudo nesse campo, pois a prática educativa voltada para os sujeitos surdos e com a Língua Brasileira de Sinais, somente fica na parte rasa, ou seja, a tradução e interpretação de Libras para o Português e vice-versa, é o ensino de Língua de Sinais, não ocorrendo uma aproximação entre os usuários da língua com a comunidade surda.

Sabe-se que os estudantes surdos são matriculados na rede regular de ensino (BRASIL, 1988), e por isso, necessitam de um acompanhamento pedagógico, que é o profissional tradutor-intérprete de Libras (TILS), que faça a tradução e interpretação das aulas dos professores das disciplinas escolares na língua natural do sujeito surdo, que é a Libras. A instituição de ensino regular que tem incluído o sujeito surdo é um amplo campo de divulgação, pois nela possuem diversas culturas inseridas, então nesse meio é que ocorre a interação e desenvolvimento da cultura surda. Vale ressaltar que a cultura surda, se dá com os oito artefatos culturais surdos, que são: a) experiência visual; b) linguístico; c) familiar; d) literatura; e) vida social e esportiva; f) artes visuais; g) política; h) materiais. Então, o TILS em contato com os sujeitos surdos inseridos na educação

regular, tem a capacidade de trazer esses indivíduos surdos para fazerem parte da comunidade surda. A relação entre surdos e TILS é o início do caminho para a divulgação da cultura surda, mas para que cada sujeito surdo inserido na educação regular se sinta pertencente e crie vínculos com essa cultura, é necessário o aporte e contato com outros sujeitos surdos, que vivem e tem relação direta com a cultura e identidade surda, e por isso, são nomeados de povo surdo. (STROBEL, 2016).

Porém, somente isso não é suficiente para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça, tornando-se preciso um apoio na cultura surda, que aborda o modo desses indivíduos perceberem o mundo ao seu redor. Então, com isso, a prática pedagógica dos docentes deve acompanhar o trabalho do intérprete, respeitando o ritmo de aquisição de conhecimento do surdo.

E, por isso a problemática a ser pesquisada como se efetiva a atuação do intérprete de libras na mediação entre conhecimentos e sujeitos (professores, alunos ouvintes e alunos surdos) na educação formal.

O objetivo geral dessa pesquisa discutir a atuação do intérprete de libras na mediação entre conhecimentos e sujeitos (professores, alunos ouvintes e alunos surdos) na educação formal. E os objetivos específicos estruturados são: contextualizar a história da educação de surdos; analisar a interação de surdos com o profissional tradutor – intérprete; investigar como ocorrem as interações sociais dos sujeitos surdos com a mediação do TILS na comunidade.

A pesquisa será desenvolvida em duas partes, na primeira parte foi realizada uma pesquisa bibliográfica, um diálogo entre a revisão de literatura e referencial teórico, a partir dos sites Plataforma da Capes, Catálogo de Teses e Dissertações e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. E a segunda parte consiste em uma pesquisa de referencial teórico, que será realizado a partir de experiências vividas por surdos no livro “As imagens do outro sobre cultura surda”, de Strobel (2016). Na obra a autora apresenta experiências vividas pelos sujeitos surdos na comunidade surda e ouvinte envolvendo situações diversas, e assim, apresentam a importância da cultura surda e os oito artefatos culturais para a criação e autoafirmação de se considerar surdo.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a trajetória educacional que o povo surdo perpassou, e como isso, contribui para que se criasse uma comunidade surda, que se aceitasse e valorizasse toda a luta, que somente evidenciou a diferenciação linguística e cultural que eles possuem, e assim,

consigam inserir através do bilinguismo nas escolas inclusivas, essa subjetividade para as pessoas surdas.

O segundo capítulo é construído para mostrar à cultura surda, através de relatos inseridos no livro “As imagens do outro sobre a cultura surda”, de Strobel (2016), nesse sentido a representação surda que está inclusa na comunidade majoritária, sendo evidenciada pelos oito artefatos culturais surdos, que criam uma identificação de como ser um indivíduo surdo, para se valorizar, respeitar e divulgar a cultura e identidade surda.

Sendo assim, o terceiro capítulo apresenta o profissional tradutor-intérprete de Libras, como um agente integralizador, pois o mesmo está realizando a inclusão dos sujeitos surdos na comunidade ouvinte, e assim, auxiliando na divulgação da cultura surda, com um vínculo afetivo, já que o mesmo é participante da comunidade surda, e nela tem todo o cuidado e respeito para que se consigam fazer a melhor abordagem para que a diferenciação linguística, histórica e cultural do povo surdo seja valorizada.

Espera-se que este trabalho contribua para o entendimento, valorização e respeito da cultura surda em nossa sociedade.

CAPÍTULO I

OS SURDOS E SUA HISTÓRIA

O objetivo deste capítulo é contextualizar a história da educação de surdos, especificamente com um levantamento de documentos pertinentes ao assunto e uma contextualização histórica.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Sabe-se que a educação de surdos passou por transformações no decorrer dos tempos, então em meados do século XVI, de acordo com Dias (2006) apud Merselian; Vitaliano (2009, p. 3737), “os surdos eram vistos como ineducáveis [...]”. Com essa afirmação, percebe-se que nessa época não existia uma educação voltada propriamente para eles.

Percebe-se que nesse caso da história, sempre quem narra o contexto histórico é um ouvinte, e não os sujeitos surdos. Na experiência educacional da surdez, surgiu um nome importante Pedro Ponce de Leon (1510-1584), ele era um monge beneditino que foi reconhecido como primeiro professor de surdo, pois ensinava as crianças surdas que vinham de famílias abastadas, Merselian; Vitaliano (2009). A metodologia usada para a educação de surdos era a datilografia escrita de palavras com o auxílio do alfabeto manual), escrita e oralização (Veloso; Maia, 2013). Então, com isso, prova-se que os indivíduos surdos são capazes de aprender.

As técnicas utilizadas para a educação de surdos sempre se estruturaram por meio da língua oral, apenas com Charles Michel L'Épée (1712 – 1789), começou a aparição de uma suposta língua de sinais, como comenta Veloso; Maia (2013, p. 33):

Abade L'Épée é muito reconhecido na história da educação de surdos. Conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos. Iniciou e manteve contato com os surdos carentes e humildes que perambulavam pela cidade de Paris, procurando aprender seu meio de comunicação e levar a efeito os primeiros estudos sérios sobre a língua de sinais. (VELOSO; MAIA, 2013, p.33).

Com isso, constitui-se que a língua de sinais é uma forma natural dos surdos se comunicarem, e por isso, essa devia ser a favorita para o ensino dessas pessoas.

Em 1775, L'Epée fundou a primeira escola pública para o ensino da pessoa surda, em Paris, onde os professores e alunos utilizavam-se dos sinais metódicos, sendo seus trabalhos divulgados em reuniões periódicas com objetivo de discutir os resultados obtidos. (MERSELIAN; VITALIANO 2009, p. 3739).

Observa-se que esse docente já tinha um pensamento de compartilhamento de experiências, para atingir uma educação de qualidade para esses indivíduos surdos, através dos sinais da sua própria língua.

Porém, na mesma época surgiram dois nomes importantes que valorizavam a língua oral para a educação de surdos, que são Samuel Heinicke – Alemanha (1729-1790) e Thomas Braidwood – Inglaterra (1715-1806), ambos fundaram escolas e métodos, que se fundamentava na língua majoritária, que seria a fala e, posteriormente à escrita. (VELOSO; MAIA, 2013).

De acordo com Merselian; Vitaliano (2009) e Veloso; Maia (2013), esse embate sobre qual língua deferia ser a preferida para a educação dos surdos, aconteceu o Congresso de Milão, em 1778 aconteceu o primeiro Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, nele havia representante da França, Itália, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica, Suécia e Rússia, e não foi discutido diretamente sobre os métodos de ensino para as pessoas surdas. Apenas um sujeito surdo participou do Congresso, e a língua escolhida foi a oral, essa escolha influenciou durante 100 anos a educação de surdos. Para os representantes a língua falada é superior aos sinais, e a mesma poderia integrar as pessoas surdas na sociedade. A língua de sinais foi proibida para a instrução dos surdos.

Então, com isso teve-se a criação do método oralista, que segundo Merselian; Vitaliano (2009, p. 3743), “ter como objetivo a inclusão da criança surda na comunidade de ouvintes, visando oferecer condições de desenvolver a língua oral [...]”. Nessa passagem, observa-se que a intenção do método oralista é tornar o sujeito surdo, desde a sua infância alguém “normal”, para conviver na sociedade majoritária.

Após, aconteceu a implementação da comunicação total, de acordo com Costa (1994, p. 103) apud Merselian; Vitaliano (2009, p. 3744):

[...] utiliza a Língua de Sinais, o alfabeto digital, a amplificação sonora, a fonoarticulação, a leitura dos movimentos dos lábios, leitura e escrita, e utiliza todos estes aspectos ao mesmo tempo, ou seja, enfatizando para o

ensino, o desenvolvimento da linguagem. Portanto, a Comunicação Total é um procedimento baseado nos múltiplos aspectos das orientações manualista e oralista para o ensino da comunicação ao deficiente auditivo. (MERSELIAN; VITALIANO, 2009, p. 3744).

Com esse método, que visava a articulação de vários elementos para o estímulo e desenvolvimento da fala, para manter no mesmo paradigma do método oralista, que é a normalização dos sujeitos surdos. E assim, tem o bilinguismo, que como comentado por Brasil (2004) apud Merselian; Vitaliano (2009, p. 3746):

A educação bilíngue é uma filosofia de ensino que recomenda o acesso a duas línguas ao contexto escolar, sendo a Língua de Sinais considerada como língua natural e por meio dela será realizado o ensino da língua escrita. Essa filosofia resgata o direito da pessoa surda de ser ensinada na Língua de Sinais, respeitando-se seus aspectos sociais e culturais. (MERSELIAN; VITALIANO, 2009, p. 3746).

No bilinguismo, têm-se a preocupação que o sujeito surdo seja instruído na sua própria língua, que é a Libras, no caso dos indivíduos surdos brasileiros, para que assim, a sua diferenciação linguística fosse evidenciada e respeitada, como toda a demanda cultural que nela está incutida.

Vale ressaltar que todos os percursos históricos estão sempre retornando para a educação de surdos, então se pode ver que atualmente ainda está forte a valorização do ensino da oralização para as pessoas surdas, mas, entretanto, têm sujeitos surdos que estão lutando e se beneficiando pelo o reconhecimento da língua de sinais, para que assim, seja valorizado a cultura surda.

1.2 CONHECENDO A PESSOA SURDA.

Percebe-se que a pessoa surda foi nomeada de diferentes formas ao longo do tempo, por conta da influência que a comunidade majoritária exercia, mas como delimita Santana (2007, p. 23), “a discussão sobre o normal e o patológico antecede a discussão de surdez como diferença ou deficiência. Definir o que é normal ou anormal não diz respeito apenas a questões biológicas, mas, principalmente, a questões sociais [...]”. Por esse motivo, as características individuais que cada indivíduo possui ou estabelece ao longo da vida lhe faz ser julgado como diferente ou anormal, e por conta disso, vale determinar o que é ser considerada uma pessoa surda, de acordo com Honora; Frizanco (2008, p. 39):

Surdez também é ocasionada por alguma alteração nas estruturas da orelha, ocasionando uma incapacidade em perceber o som. Geralmente o

surdo se comunica por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e apresenta uma perda auditiva de grau severo ou profundo. (HONORA; FRIZANCO, 2008, p. 39).

Com isso, tem-se a certeza que a pessoa surda precisa ser ensinada a partir da Libras, para que assim, essa tenha a sua própria língua e cultura, para que se conheça e divulgue o seu modo de ser para todas as esferas sociais. Entretanto, têm-se dois grupos da manifestação da surdez, que são: a) congênito: quando o indivíduo já nasce surdo; b) adquirido: quando o indivíduo nasce ouvindo, porém, perde a audição em alguma fase da vida. (HONORA; FRIZANCO, 2008).

Por meio disso, vale evidenciar o Decreto Federal nº 5.626/2005, art. 2º:

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, nota-se que a surdez sempre estará associada à Libras, e essa por sua vez, estão intimamente ligados à cultura surda, pois uma estabelece a outra para a sua existência e permanência para se desenvolver.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras está regulamentada a partir da Lei Federal nº 10.436/2002, que comenta em parágrafo único que,

entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Com essas características, nota-se que a Libras possui todos os aspectos lingüísticos que são nos níveis fonológico (quirológico), morfológico, sintático, semântico e pragmático. (QUADROS; CRUZ, 2011).

Vale considerar a diferenciação entre comunidade surda e povo surdo, pois é nesse interior que acontece a divulgação da língua brasileira de sinais – Libras. A comunidade surda é composta por indivíduos que utilizam a língua brasileira de sinais – Libras, como uma forma de comunicação, independente dessa pessoa ser surda ou ouvinte. Segundo Santana, (2007, p. 42),

[...] não existe uma identidade exclusiva e única como a surda. Ela é construída por papéis sociais diferentes (pode-se ser surdo, rico, heterossexual, branco, professor, pai) e também pela língua que constrói nossa subjetividade [...]. (SANTANA, 2007, p. 42).

Com isso, percebe-se a importância da interação dos sujeitos surdos, com outras pessoas surdas, para que a divulgação e valorização da língua de sinais sejam expostas e entendidas como uma língua e um instrumento de união.

Sabe-se que a comunidade surda, é composta por surdos de diferentes idades, usuários de Libras, e nesse meio, eles estão em convivência e interação completa, e assim, ocorre uma troca de experiências que são significativas para todos, pois assim, adquirem e perpassam conhecimento, num ambiente informal. (MOURÃO, 2011).

Sendo assim, uma cultura é passada de geração para geração, no caso dos surdos, eles estão sempre relacionados às pessoas que são usuárias da Libras, mas isso não é verdade, pois uma cultura, precisa primeiramente ter uma comunidade, onde as pessoas compartilham algo em comum, no caso dos surdos, a primeira relação é a sua língua, mas, de diferentes detalhes que ampliam a cultura surda, claro que somente quem é surdo, pode perceber e entender o mundo ao seu redor, de um jeito somente dele, porém nesse caso, isso é chamado de subjetividade, pois cada ser humano tem o seu modo de agir na sociedade, o que torna a cultura surda, e a sua ampliação em diferentes campos sociais, para que ela seja divulgada, e assim, entendida. (STROBEL, 2016).

Realizando a diferenciação para o povo surdo que é a dimensão macro da comunidade surda, pois são as pessoas que se consideram como surdos. (STROBEL, 2016).

Como Strobel (2016, p. 39) comenta:

Então, o povo surdo poderia ser os surdos das zonas rurais, os surdos das zonas urbanas, os surdos índios, as mulheres surdas, os surdos sinalizados, os surdos oralizados, os surdos com implante coclear, os surdos gays e outros, esses surdos também se identificam com o povo surdo, apesar de não pertencerem às mesmas comunidades surdas. (STROBEL, 2016, p. 39).

Nessa perspectiva, a constituição do povo surdo auxilia os indivíduos surdos na sua construção de identidade, para que assim, consigam se enxergar, influenciar e participar da comunidade surda, que é uma esfera do povo surdo.

Conclui-se, que a comunidade surda é formada por sujeitos surdos, mas também, pessoas que se comunicam pela língua brasileira de sinais, e assim, elas divulgam e ampliam a manifestação social de como eles interagem, e partilham conhecimentos nesses espaços, e sendo assim, é uma construção diária, que

somente acontece, quando surdos que percebem e interagem com o mundo, compartilha a sua subjetividade entre eles, ou seja, trocam experiências significativas. Por esse motivo, o povo surdo pode ser considerado todo o sujeito que possui a surdez, e por meio dela interage com a Libras, para se comunicar com as outras pessoas.

1.3 APROFUNDANDO SOBRE AS ABORDAGENS EDUCACIONAIS PARA OS SUJEITOS SURDOS

A educação de surdos foi estruturada com a influência e legitimação de ouvintes para a sua construção, e por conta disso, que ela vai refletir o momento histórico que a comunidade surda perpassa. Então, como aborda Strobel (2016, p. 109):

[...] Ela surgiu elogiando professores ouvintes pela iniciativa de trabalhos com os surdos, pela evolução da medicina para a “cura” da surdez, pelas diversas metodologias criadas pelos ouvintes na educação dos sujeitos surdos. (STROBEL, 2016, p. 109).

No contexto histórico da educação de surdos, considerou-se que os profissionais teriam métodos semelhantes para ensinar os surdos a falarem, para que esses se integrassem na sociedade majoritária. Mas, vale fazer uma diferenciação dos termos metodologia e abordagem, então segundo Brown (1994, p. 51) apud Gesser (2012, p. 18):

O termo *metodologia* refere-se ao “estudo das práticas pedagógicas de uma forma mais abrangente”. *Abordagem* diz respeito a um conceito mais abstrato, indicador de um conjunto de pressupostos, crenças e princípios teóricos sobre a natureza da língua(gem) e da aprendizagem. [...]. (GESSER, 2012, p. 18).

Em cada abordagem educacional têm-se métodos/técnicas, para que, os profissionais da educação se baseassem para ensinar os sujeitos surdos, e em cada dada época história uma delas, que são: a) Comunicação Total; b) Bimodalismo; c) Oralismo e d) Bilinguismo, se manifestou mais que a outra, e influenciou no desenvolvimento da identidade e cultura surda.

A comunicação total surgiu no dado momento que acontecia a reintegração social dos surdos, por meio dos métodos que efetivassem uma comunicação. E assim, como diz Oliveira; Figueiredo (2017, p. 176):

Dessa maneira, passou-se a considerar, no desenvolvimento da comunicação total: a língua oral, a de sinais, a datilologia, a combinação

dessas três formas de comunicação e ainda outros meios, como o uso de técnicas e recursos voltados para a estimulação auditiva, adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, leitura labial e oralização. (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2017, p. 176).

A partir dessa abordagem educacional visava que a pessoa surda tivesse o mesmo desenvolvimento que os ouvintes, para que assim, fosse considerado como um. Porém, atualmente com as pesquisas pode-se notar que o povo surdo tem suas diferenciações, como comenta Strobel (2016, p. 119),

[...] A sociedade começa a perceber a existência do povo surdo e procura se organizar para recebê-lo de forma adequada e os próprios sujeitos surdos começam a exigir seus espaços, sua representação de diferença cultural linguística. (STROBEL, 2016, p. 119),

Então, essas pessoas surdas, que participam da comunidade surda, e com ela, trocam argumentos com os intérpretes de libras, familiares, para reivindicar o seu espaço social, na comunidade majoritária.

Nos dias atuais, a comunicação total na sua forma não pode ser considerada para a educação de surdos, pois, observa-se que os surdos estão ocupando os seus lugares, e assim, lutando para garantir as suas diferenças linguísticas e culturais.

Outra abordagem educacional é o bimodalismo, que é uma técnica para facilitar o desenvolvimento da fala. Segundo Fernandes (1990) apud Finau (2006, p. 229), “observa que, nesse caso, a estrutura linguística a ser adquirida é a da língua oral e não a da língua de sinais”. Com essa abordagem, a valorização seria a da língua oral, pois a língua de sinais estaria a mercê dela, pois toda a estruturação linguística seria a da língua majoritária, nesse caso a língua oral.

Nessa proposta educacional que é o bimodalismo, têm-se o trabalho com duas modalidades de língua, que é a língua oral acompanhada com os sinais. E assim, Finau (2006, p. 230), “[...] Desse modo, ao mesmo tempo, o bimodalismo concede e nega à pessoa surda o reconhecimento de sua condição bilíngue”.

Com isso, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que os surdos possuem o acesso a língua de sinais, eles não tem, pois ela será utilizada para ensinar a língua oral, e essa, terá mais prestígio. Strobel (2016, p. 120), “[...] o poder ouvintista tenta impor sua cultura ouvinte sobre os demais povos surdos debaixo de sua área de influência, resultando desta mescla os conflitos de representações e de identidade surdas”.

Nota-se que a representatividade ouvinte ainda está influenciando muitos indivíduos surdos no seu modo de vida, por falta do contato com outros surdos, e assim, não possuem com clareza a sua língua, cultura e identidade surda. Nesse sentido, têm-se o oralismo, que como Strobel (2016, p. 120) comenta “durante muito tempo, devido ao processo de imposição cultural ouvinte no povo surdo, vemos um acesso quase irrestrito à cultura surda, por causa de lutas de relações de poder de ambos os lados”.

Então, a abordagem educacional oralismo, defende que a comunicação dos surdos se dê exclusivamente pela fala. Com ela, os sujeitos surdos não podem manifestar a sua subjetividade, pois não conseguem se encontrar no padrão ouvinte, e não tem a sua diferença linguística respeitada. A partir disso, Strobel (2016, p. 121):

Por isso a preferência de surdos em se relacionar com seus semelhantes fortalece sua identidade e lhes traz segurança. É nos contatos com seus semelhantes que eles se identificam com os outros surdos e encontram relatos, problemas e histórias semelhantes às suas. (STROBEL, 2016, p. 121).

Partindo desse pressuposto, em que os sujeitos surdos compartilham um modo de vida singular, está se referindo a abordagem educação bilíngue, pois nela têm-se “uma preocupação com a experiência cultural do surdo” (Machado, 2006, p. 52).

A perspectiva do bilinguismo tem-se a sua importância reconhecida na Lei Federal nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e no Decreto Federal nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), nesses documentos possuem a valorização da língua brasileira de sinais, como a língua para ser ensinada ao sujeito surdo. Então, de acordo com Machado (2006, p. 52), [...] “Na perspectiva bilíngüe, a língua de sinais é considerada a primeira língua do surdo e a língua majoritária – na modalidade oral e/ou escrita – como segunda”.

Nessa abordagem educacional, percebe-se a valorização e o respeito com a Libras, e a partir dela, tem-se a construção da cultura e identidade surda, ganhando espaço na comunidade majoritária, e por esse motivo, essa é a preferida atualmente na educação de surdos.

Portanto, pode-se visualizar que a cada momento histórico a comunidade majoritária influenciou as pessoas surdas a viverem de determinado modo, mas, atualmente com o reconhecimento da Libras, e com ela a manifestação da cultura e

identidade surda, essa é que está ganhando espaço, e permitindo os sujeitos surdos a mostrarem a sua subjetividade.

1.4 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO REGULAR

A educação de surdos no ensino regular é importante para qualquer estudante, pois o contato com pessoas diferentes apresenta uma vivência de socialização mais ampla, e assim, podem-se ocorrer rupturas do meio educacional para o social, os alunos surdos na escola regular contam com o profissional tradutor e intérprete de Libras para a mediação de comunicação entre eles, os colegas ouvintes, os professores e os funcionários da escola. Como comenta Lacerda (2013), é importante que cada profissional da equipe educacional, conheça o seu papel em frente o processo de ensino e aprendizagem do sujeito surdo, pois esse processo é dinâmico, é necessário que um ouça o outro, pois o TILS tem muito a falar, pois está a todo o momento em contato com o estudante surdo e a língua de sinais, para que assim ocorra uma prática pedagógica na perspectiva bilíngue.

De acordo com Rizzo; Benites, (2019, p. 81),

a escola deve conhecer as especificidades educacionais dos alunos surdos, para procurar a melhor forma de oportunizar o aprendizado, considerando que a sua língua natural é a língua de sinais e a língua portuguesa sua segunda língua. (RIZZO; BENITES, 2019, p. 81),

Então, a escola precisa conhecer esse educando, as suas particularidades, para que assim, o processo de ensino e aprendizagem, ocorra integralmente, através da Libras, que é a primeira língua do surdo, onde ele adquire todo e qualquer conhecimento, a partir dela. Conforme comentário de Strobel (2016, p.125):

Dessa maneira, a “inclusão” de sujeitos surdos na escola, tendo-se a língua portuguesa como principal forma de comunicação, nos faz questionar bem a inclusão oferecida significa integrar o surdo. Na verdade, a palavra correta para as experiências desenvolvidas não é “inclusão”, e sim uma forçada “adaptação” com a situação do dia a dia dentro de escola de ouvintes. (STROBEL, 2016, p. 125).

Porém, para esse processo educativo aconteça é necessário que os docentes realizem a flexibilização curricular, para que todo o conhecimento científico seja proposto com referências às situações que os estudantes surdos conheçam, com a tradução e interpretação em Libras, e seria muito melhor com o aporte

cultural, e, entretanto se faz necessário perceber se seu aluno surdo é alfabetizado e letrado, por isso, Pinheiro, (2019, p. 5-6):

Muitos surdos passam parte de sua vida na escola, mas não fazem uso competente da leitura e da escrita por vivenciarem aulas que não contemplam as suas especificidades de aprendizagem e não colaboram com a formação de um sujeito crítico e participativo. O modelo de letramento adotado na educação dos surdos não lhes oferece práticas de leitura e escrita que os permitam assumir uma posição reflexiva diante da realidade, a fim de transformá-la. (PINHEIRO, 2019, p. 5-6).

Reflete-se que a educação no ensino regular para surdos se desenvolve distante do seu contexto histórico, social e cultural, e assim, esses alunos não conseguem se tornar ativo, perante a sociedade. Isso ocorre, pois os professores ministram as suas aulas fora da realidade desse estudante, então, eles não possuem um embasamento real, para se apoiar. Então, Perlin (2000, p. 27-28) apud Strobel (2016, p. 136).

- Presença do professor surdo na sala de aula para contato com a representação de identidade surda, o que gera uma atitude positiva para com essa identidade;
- Professor ouvinte com domínio de língua de sinais e capacitado para ensino de português como segunda língua, participante do movimento da comunidade surda, o que vai possibilitar a vivência, ou seja, a experiência cultural presente;
- Contato do surdo com a comunidade surda, movimento surdo, expressões culturais surdas, o que facilita a sintonia dos estilos de ensino com o estilo de aprendizagem e motivação dos estudantes. (PERLIN, 2000, p. 27-28 apud STROBEL, 2016, p. 136).

Por isso, é necessário que no ambiente escolar, os profissionais, conheçam e dominem a Libras, e em todas as etapas educacionais possuam pessoas que disseminem a cultura surda, pelo motivo, desse ser um viés da abordagem de educação bilíngue, e com isso, tem-se a divulgação dessa língua no espaço escolar, e isso pode também influenciar a família desses indivíduos surdos para aprenda a Língua Brasileira de Sinais, para que assim, esse aluno-filho, possa se manifestar pela sua língua materna. De acordo com Cappellini; Santos, (2020, p. 14):

A língua envolve comunicação, cuidado, segurança, crescimento, proximidade e vínculo. Ao ressignificar sua relação com a língua, as famílias têm oportunidade também de ressignificar sua relação com o filho. Neste sentido, o reconhecimento das famílias sobre o papel da LS como fonte de transformações em suas histórias também está marcado como fator motivacional para vencerem as fragilidades e perseverarem no aprendizado da Libras. (CAPPELLINI; SANTOS, 2020, p. 14).

Quando uma família conhece a particularidade do sujeito surdo, reconhece o seu modo de ser, ver e aprender, ele está se conectando com ele, pois sabe-se que a família é a primeira instância da socialização, então um surdo aceito pela sua família, será facilmente incluído nas diversas esferas da sociedade. E também, um indivíduo surdo ciente do seu acolhimento, provavelmente, terá um processo de ensino e aprendizagem, com rapidez. Então é necessário que ocorra essa relação intercultural, que o surdo pode se aproximar da cultura ouvinte, e assim, ter uma relação de troca, a mesma coisa acontece com o ouvinte, mas sempre respeitando as diferenças entre as culturas. (STROBEL, 2016).

Esse processo de ensino-aprendizagem se dá na relação entre educador e educando, mas no caso do estudante surdo, é necessária a presença do intérprete educacional (IE), então com isso, esse profissional passa a ter um papel de responsabilidade imensa. Segundo Dorziat; Araújo, (2012, p. 396).

Diante do contexto de impacto da política inclusiva na educação de surdos, tornando realidade o ensino dessas pessoas nas escolas regulares e revestindo de grande responsabilidade a atuação dos TILS, entendemos ser relevante perceber, compreender e refletir sobre as formas de relações que se estabelecem no ambiente escolar inclusivo, com a presença de surdos e de TILS. (DORZIAT; ARAÚJO, 2012, p. 396).

Mas, então o profissional intérprete é alguém que ganha status no processo educativo na escola regular, pois é a partir dele, que ocorre a mediação entre o aluno surdo e os ouvintes, que estão inseridos dentro da instituição escolar. Como discute Silva; Fernandes (2012, p. 47):

Muitos TILS se preocupam com a qualidade da fluência em Libras, mas, sem formação continuada, a performance dos TILS fica comprometida e desconectada das inovações linguísticas da comunidade surda. São necessárias oportunidades de interação dos profissionais da escola com profissionais fluentes, com experiência na área de tradução e interpretação de Libras para transmitir teorias, efetuar trocas de conhecimentos e vivências. (SILVA; FERNANDES, 2012, p. 47).

Observa-se que é necessário que esse intérprete tenha um contato amplificado com outros TILS, para que assim, estejam sempre atualizados sobre mudança de sinais, inovações no campo de tradução e interpretação, então, nesse

caso a formação continuada e a relação dialógica com outros tradutores – intérprete de Libras é sempre bem-vinda. Segundo Lacerda (2013, p. 34-35):

[...] é importante que este intérprete tenha preparo para atuar no espaço educacional também como educador, atento às dificuldades, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos. Não se trata de o IE substituir o papel do professor. O professor é o responsável pelo planejamento das aulas, por decidir quais são os conteúdos adequados, pelo desenvolvimento e pela avaliação dos alunos, todavia o IE conhece bem os alunos surdos e a surdez e pode colaborar com o professor sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parceria, visando a uma inclusão mais harmoniosa dos alunos surdos. [...]. (LACERDA, 2013, p. 34-35).

É preciso, um olhar atento sobre o contexto cultural desse sujeito surdo, pois é através dessa cultura, que ele pode se incluir e transformar a sociedade. Porém, percebe-se que esse educando surdo somente tem contato com o IE, que é conhecedor da Libras e da cultura surda, mas na internet, mas especificamente, no canal do YouTube, há um amplo campo divulgando a cultura e identidade surda. Apoiando-se em Pinheiro, (2012), a cultura é um espaço onde o sujeito surdo se expressa, para mostrar a sua subjetividade, então, quando ela vem atrelada à educação, é capaz de significá-la para um campo de representação nos espaços sociais. Em Gesser (2012, p. 95-96):

Na área da surdez, as pessoas concebem *cultura surda* com um forte e estreito vínculo com a língua de sinais, ou mesmo como matéria-prima para a composição de uma identidade surda. Nas discussões, são enaltecidos, por exemplo, mecanismos dos quais os surdos lançam mão para agir no mundo, como a sensibilidade à vibração ou o uso da iluminação para chamar a atenção, as ressignificações das formas de som e gestos, às produções literárias, artísticas, e assim por diante. Geralmente se concorda em que a construção e a manutenção de uma identidade cultural é produto da interação dos indivíduos, que, ao compartilharem informações cotidianas, éticas, morais, estéticas, sociais, intelectuais, artísticas, geram significados culturais. (GESSER, 2012, p. 95-96).

Nota-se que o sujeito surdo utiliza a Libras, como um marco para quebrar os paradigmas, que antes era um motivo para estereotipar ele, e através disso faz criações em diferentes esferas, para que a sua cultura surda seja valorizada e manifestada, e essa língua somente se manterá e terá uma evolução, com a comunidade surda se comunicando a partir dela, por esse motivo, o bilinguismo propõe que ela seja a primeira língua na educação de surdos, pois com ela, os indivíduos surdos conseguiram manter a sua diferenciação linguística e cultural. Então Santos, (2012, p. 49), apresenta:

É nas marcas culturais que identificamos os surdos como um povo pertencente a uma cultura que possibilita a formação de identidades

significativas. Através das marcas culturais o surdo construiu e constrói seu mundo e as suas verdades pautadas na cultura surda e no partilhar da comunidade surda. É através da comunidade surda que esse grupo compartilha metas comuns, as quais ajudam a conduzir sua vida e a pensar o mundo em que vivem. (SANTOS, 2012, p. 49).

Por isso, a escola regular, deve valorizar a cultura desses educandos, para que possam se constituir como um indivíduo, que conhece a sua história, e assim, possa modificar o futuro, pois, se expressa e apresenta o seu modo de agir na sociedade. Como fala Strobel (2016, p. 139), “a cultura surda é profunda e ampla, ela permeia, mesmo que não a percebamos, como sopro de vida ao povo surdo com suas subjetividades e identidades. Podemos senti-la em sua essência nas comunidades surdas!”.

Então, por esse motivo a educação no ensino regular é um ambiente propício para a divulgação da cultura surda, pois nela estão inseridos sujeitos ouvintes que fazem parte da comunidade surda, e eles promovem e fortalecem a marca surda. (STROBEL, 2016).

Por fim, a escola regular é importante para o sujeito surdo, com o intuito de conhecer diferentes tipos de pessoas, e assim, vislumbrar variadas culturas, e com isso, manifestar o seu modo de ser, que vai ser experimentado com o auxílio da cultura. Por isso, a instituição escolar tem como intuito incluir esse estudante, para apresentar para a sociedade, que eles com suas particularidades, são capazes de transformar a sociedade. Então o contato com TILS que medeia a comunicação desses sujeitos, também auxilia ele no seu processo de ensino e aprendizagem, pois como tudo ocorre através da Libras, que é o principal meio da divulgação da cultura surda. E esse intérprete de Libras, tem forte ligação e relação com a comunidade surda, é em contato com eles, tem a capacidade de inserir e disseminar a cultura surda, para que assim cada sujeito surdo crie uma identidade própria valorizando o ser surdo.

CAPÍTULO II

AS IMAGENS DO OUTRO SOBRE A CULTURA SURDA

Nesse capítulo foi realizado um estudo teórico de trechos retirados do livro “As imagens do outro sobre a cultura surda”, de Strobel (2016). Em um primeiro momento foi realizada a explanação sobre a cultura surda e os oito artefatos culturais surdos, e, já foram realizadas análises sobre algumas experiências vivenciadas pelas pessoas surdas.

2.1 A CULTURA SURDA E OS ARTEFATOS CULTURAIS

A cultura surda pode ser entendida como produção humana, e por envolver as pessoas, ela pode ser mudada. A cultura surda foi uma criação de sujeitos surdos, que criaram a sua representação, para se sentirem parte de uma comunidade. Com isso, pode-se definir cultura surda a partir de Strobel (2016, p. 29):

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. [...]. (STROBEL, 2016, p. 29).

Percebe-se que o povo surdo possui uma cultura baseada em seu modo de se ajustar no mundo, mas muitas das vezes, essa sofre influência da comunidade ouvinte. Porém, deve-se entender que cada cultura será diferente, por conta da subjetividade de cada sujeito surdo participante da comunidade surda, que é composta por indivíduos que utilizam a Língua de Sinais (LS), como uma forma de comunicação, independente dessa pessoa ser surda ou ouvinte. Porém, a comunidade majoritária ainda vê o surdo como uma pessoa incapaz, de acordo com o relato de Strobel (2016, p. 28):

Um sujeito surdo foi a uma consulta médica. O médico fez perguntas para escrever o histórico da vida dele: “Qual o seu grau de instrução?”. O paciente surdo respondeu que estava fazendo mestrado, e o médico articulou abismado: “Você? Mestrado? – como se não acreditasse na resposta. Que tipo de representação social o médico tem de sujeitos surdos? Seres que não são capazes de estudar e fazer mestrado? (STROBEL, 2016, p. 28).

Nota-se na passagem que o médico realizou um preconceito com a escolarização do sujeito surdo, não percebendo que dentro da comunidade surda tem uma diversidade enorme envolvendo os interesses particulares, mas envolvendo o grupo social que esses indivíduos surdos estão incluídos, como: raça, religião, profissão e outras perspectivas. (STROBEL, 2016).

Essa cultura pode ser divulgada no interior das comunidades surdas com os oito artefatos culturais, assim como comenta Strobel (2016, p. 43),

[...] A maioria dos sujeitos está habituada a apelidar de “artefatos” os objetos ou materiais produzidos pelos grupos culturais; de fato, não são só formas individuais de cultura materiais, ou produtos definidos da mão de obra humana; também se pode incluir *tudo o que se vê e sente* quando se está em contato com a cultura de uma comunidade, como materiais, vestuário, maneira pela qual um sujeito se dirige a outro, tradições, valores e normas, etc. (STROBEL, 2016, p. 43).

Observando é possível notar que com a participação na comunidade surda, esse modo de se ver e aceitar como sujeito surdo, vai se alterando e, então se percebe a modificação de dentro para fora.

Com isso, como comenta Strobel (2016), na comunidade surda, existem variadas manifestações de como ser surdo, e todas elas, giram em torno dos oito artefatos culturais surdos, que representam a forma de como a pessoa surda se comunica com o mundo ao seu redor. Os oito artefatos culturais são: 1) Experiência Visual: o modo como o surdo percebe o mundo a sua volta, ou seja, utilização da visão com a ausência da audição, tudo para eles ocorre por meio do olhar; 2) Linguístico: por meio das Libras, os sujeitos surdos se comunicam, recebem e passam informações, várias ações por meio da língua própria deles; 3) Familiar: a família é a primeira instância na qual uma criança é inserida na sociedade, porém com as crianças surdas é complicado, por diversas vezes, a surdez é vista como um pré-conceito, entre eles: como a criança não poderá se desenvolver, precisará de cuidados especiais. Existem três tipos de famílias para comunidade surda: primeira quando a criança é surda e os pais ouvintes; segunda quando a criança e os pais são surdos e a terceira quando a criança é ouvinte e os pais são surdos; 4) Literatura: retrata as vitórias e derrotas do povo surdo, por meio dos diversos gêneros textuais existentes, e é também uma forma da divulgação da cultura surda e a Língua de Sinais Brasileira; 5) Vida Social e Esportiva: são os acontecimentos culturais da comunidade surda, como comemorações em gerais; 6) Artes Visuais: representa a subjetividade dos surdos, o seu modo de entender o mundo a sua

volta; 7) Política: é a luta da comunidade surda pelos seus direitos; 8) Materiais: a tecnologia que auxilia o surdo no seu cotidiano.

Os oito artefatos culturais constituem uma percepção de como o indivíduo surdo se comunica com os diferentes grupos sociais, nos quais circula cotidianamente, mas vale ressaltar, que essas características são de grande validade para o surdo se constituir e participar da sociedade em geral.

Com os oito artefatos culturais, as pessoas surdas conseguem desenvolver sua identidade surda, que em variados momentos influenciam na sua inclusão na comunidade majoritária. Um dos cinco sentidos que se aguçam por conta da perda de audição é a visão, nela está inserido o artefato experiência visual, percebe-se a importância dele, mas também se não possui um auxílio pedagógico como o intérprete, eles ficam perdidos, como a situação vivida por Strobel (2016, p. 46):

Eu estava sentada em sala de aula, em uma classe com outros alunos ouvintes, “olhando” distraidamente para os movimentos dos lábios da professora que estava falando; de repente, a professora parou subitamente de movimentar os lábios e virou o rosto assustado para a janela. Percebi que toda a turma fazia o mesmo e todos correram para olhar pela janela. Eu, meio desorientada e curiosa fiz o mesmo para ver o que provocou toda a algazarra da turma e percebi tardiamente que tinha acontecido uma batida de carro lá fora. (STROBEL, 2016, p. 46).

Nesse relato percebe-se que Strobel possui certo treinamento da experiência visual, pois estava realizando a leitura labial, então tem a influência da comunidade majoritária na sua escolarização, talvez por conta da sua família, que naquele momento ainda queriam a sua normalizar, e ela não possui o acesso ao profissional tradutor-intérprete.

Entretanto, nem sempre a família terá a espontaneidade de ser participante da comunidade surda, por inúmeros aspectos, é papel do tradutor-intérprete de Libras realizarem esse elo de aproximação, pois esse profissional está inserido cotidianamente na vida do sujeito surdo, é o seu trabalho extrapola o de somente realizar a tradução e interpretação das aulas ministradas, se estabelece uma intimidade. (LACERDA, 2013). Então, esse profissional necessita ser participante da comunidade surda, contato com outros sujeitos surdos, para sua formação, mas, principalmente para apresentar para esse indivíduo surdo seja incluído, um mundo que a interação não se dá de forma oral, mas sim de forma gestual.

Pode-se dizer que a Libras é uma forma de ligação entre os indivíduos surdos, mas não que são iguais, e que a sua cultura e identidade surda estão

estabelecidas, prontas e acabadas, muito pelo contrário, a cada contato com surdos com identidades diferentes, o seu próprio jeito de ser surdo é alterado, por conta da relação entre ambos. Como comenta Gesser (2012, p. 95) “na área da surdez, as pessoas concebem cultura surda com um forte e estreito vínculo com a língua de sinais, ou mesmo como matéria-prima para a composição de uma identidade surda. [...]”.

No relato abaixo fala sobre um sujeito surdo que não possui a língua de sinais, e sim, formas de conviver na sociedade, transcrito no livro “As imagens do outro sobre a cultura surda”, de Strobel (2016, p. 52):

Um sujeito surdo em zona rural, isolado da comunidade surda e que nunca aprendeu a língua de sinais, a falar ou escrever, sem ter noção de horas e dias da semana, observa ao seu redor que tem um dia da semana em que as frutas sempre são colhidas, o dia certo de ir à igreja, os dias em que o caminhão vem pegar o lixo, e que quando o sol aparece no horizonte é a hora de ordenhar e pegar ovos, etc. Ele acompanha esta rotina de acordo com o seu “olhar” do dia a dia de sua vida e cria sinais que representam seu cotidiano. (STROBEL, 2016, p. 52).

Essa experiência mostra que esse sujeito surdo convive em sociedade e a sua identidade foi construída somente na observação da sua rotina, ou seja, por não ter um contato maior com outros surdos, não conseguiu se enxergar como pessoa surda. Nesse sentido, Santana (2007, p. 43) fala:

[...] A identidade não pode ser vista como inerente às pessoas, mas como resultado de práticas discursivas e sociais em circunstâncias sócio-históricas particulares. O modo como a surdez é concebida socialmente também influencia na concepção de identidade. O sujeito não pode ser visto dentro de um “vácuo social”. Ele afeta os discursos e as práticas produzidos e é por eles afetado. (SANTANA, 2007, p. 43).

É possível considerar que a identidade ela é construída ao longo da vida, com contatos com situações que agregam valores positivos e negativos, relações comunicativas com pessoas com as mesmas características, gostos, opiniões e entre outras parecidas. No caso, da comunidade surda é importante ter essa representatividade, para que os indivíduos surdos se afirmem “surdos”, de maneira positiva, e não como a comunidade ouvinte coloca, com a expressão de negação, de faltar alguma coisa, para ser considerado normal.

Conclui-se que a cultura, identidade e os oito artefatos surdos são características da comunidade surda, sendo essa considerada uma forte representatividade de manifestação e divulgação para sujeitos surdos que não tenham contato com outros surdos, e nesse caso, o papel do intérprete é de

fundamental importância, pois poderá fazer uma conexão entre ambos. Pode-se notar nos relatos vivenciados, que muitos desses indivíduos surdos somente tiveram um contato com a comunidade surda, após adultos ou nem conhecem a sua própria língua, que é um dos artefatos de maior consideração nas esferas sociais.

2.2 A ARTICULAÇÃO DOS OITO ARTEFATOS CULTURAIS

Nota-se que os artefatos culturais surdos estão em constante interação, como argumenta Mourão (2011, p. 45), “os artefatos culturais criam representações sobre como é o surdo. [...]” Então, pode-se perceber que elas estão sempre relacionadas, para que a pessoa surda tenha o melhor acesso nas comunidades ouvinte e surda.

Por esse motivo, o primeiro artefato é referente a visão, ou seja, os sujeitos surdos são visuais, então como comenta Strobel (2016, p. 44), “[...] os sujeitos surdos percebem o mundo de maneira diferente, a qual provoca as reflexões de suas subjetividades [...]”. Nessa experiência visual a pessoa surda consegue se sentir pertencente a uma cultura, pois tudo que acontece no mundo se desenvolve a partir do sentido visual.

Por conta de o indivíduo surdo necessitar da visão, os locais que são frequentados por pessoas surdas necessitam ser mais limpas e bem iluminadas, então não pode ser algo com uma poluição visual, percebe-se isso na situação ocorrida com a Strobel (2016, p. 44):

Uma vez meu namorado ouvinte me disse que iria fazer uma surpresa para mim pelo meu aniversário; falou que iria me levar a um restaurante bem romântico. Fomos a um restaurante escolhido por ele. Era um ambiente escuro, com velas e flores no meio da mesa. Fiquei meio constrangida porque não conseguia acompanhar a leitura labial do que ele me falava, por causa de falta de iluminação e pela fumaça de vela que desfocava a imagem do rosto dele, que era negro; e para piorar, havia um homem no canto do restaurante tocando música que, sem que eu pudesse escutar, me irritava e me fazia perder a concentração por causa dos movimentos dos dedos repetidos de vai e vem com seu violino. O meu namorado percebeu o equívoco e resolvemos ir a uma pizzaria! (STROBEL, 2016, p. 44).

Nessa experiência de vida, é possível confirmar que os indivíduos surdos estão sempre circulando na comunidade majoritária, e também, mantem uma relação com os ouvintes, é muita das vezes não é utilizado a LS, mas sim uma leitura labial, e assim, como fala Veloso; Maia (2013, p. 19) “[...] Faça com que sua boca esteja bem visível. Gesticular ou segurar algo em frente à boca torna

impossível a leitura labial [...]” Com isso, observa-se que todo o ambiente que Strobel estava inserida, prejudicava a sua comunicação, pois o local não tinha a adaptação necessária para a sua experiência visual.

Costuma-se associar a experiência visual com a Língua Brasileira de Sinais, mas o caso é que o segundo artefato cultural que é o linguístico, vai muito além da Libras, isso pode-se ser notado no cotidiano do surdo, mas também no comentário de Veloso; Maia (2013, p. 19), “[...] Alguns surdos preferem a comunicação escrita, alguns usam linguagem em código e outros preferem códigos próprios. Esses métodos podem ser lentos, requerem paciência e concentração. [...]”. Nesse sentido, é necessário esclarecer que a comunicação com a pessoa surda, pode acontecer por meio da escrita, de sinais caseiros, gestos e pela própria LS. (STROBEL, 2016).

O vínculo que une os indivíduos surdos é a língua de sinais, pois ela é o elo entre o povo surdo, ou seja, segundo Strobel (2016, p. 53):

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição do conhecimento universal. (STROBEL, 2016, p. 53).

Cada uma das esferas sociais terá uma forma de comunicação, para garantir o sujeito surdo o acesso a informação, então, por conta disso, é necessário a adaptação da Libras, pois Veloso; Maia (2013, p. 23) comentam que, “[...] o surdo é um ser bicultural, ou seja, faz parte de um grupo minoritário e, ao mesmo tempo, participa de uma cultura majoritária, a dos ouvintes. [...]”. Por esse motivo, a escola é um campo de interação, principalmente a de ensino regular, pois nela estão inseridos indivíduos que compartilham experiências culturais. Então, como fala Mourão (2011, p. 38):

[...] Entre as crianças ou adolescentes surdos há algo como sensação de prazer enorme que é estar na mesma cultura entre visualidade/gestos, não compartilhando somente o sistema linguístico, também a identidade e ambientes, principalmente na escola com a presença de professor surdo. Não importa se o professor é ouvinte ou surdo, importante é que saiba fluentemente a língua de sinais, que entendam de cultura surda, hábitos, adquirindo a língua e participando da comunidade surda. A significação das palavras é algo importante de saber e entender, é nosso direito na escola. (MOURÃO, 2011, p. 38).

Independente do local que o surdo está incluído é necessário, sempre valorizar e reconhecer a sua representação surda, pois ele pode ter contato e desenvolver a LS, como querer e comunicar pelos seus gestos caseiros ou na

escrita, mas o importante é dizer que eles possuem uma língua própria. E assim, relata-se uma experiência vivenciada por Strobel (2016, p. 63):

Há uns 15 anos eu fui com uma amiga surda a São Paulo e ficamos na casa de outra amiga surda paulista que tem família com todos os membros surdos. Nós três, na época, durante a madrugada, ficamos conversando em língua de sinais, dando ênfase aos diversos assuntos no nível do interesse de nós como moças. Conosco estava um dos membros dessa família, a irmãzinha menor surda de 7 anos, que não participava nas nossas conversas, mas que nos observava. Nós a mandávamos ir dormir porque era assunto de adultos. Recentemente encontrei esta “irmãzinha menor” já adulta, uma acadêmica, ótima profissional e inteligente; ela comentou que se lembra dos assuntos que conversamos naquela noite. (STROBEL, 2016, p. 63).

Nessa passagem de vida pode-se perceber que os surdos possuem uma vida normal, estão sempre em interação, através da sua língua, que tem uma diferença, como Quadros; Karnopp (2004, p. 47-48) comentam, “as línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação lingüística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. [...]”. Pode-se dizer que a informação recebida em Libras foi entendida pela criança surda, pois toda a comunicação aconteceu por meio da língua natural da comunidade surda, e nisso reforça que esses sujeitos surdos são seres visuais, por conta da forma que entende e produz a sua língua, para assim, passar uma mensagem.

Esta socialização entre as pessoas surdas pela Libras é importante, pelo motivo de participarem da comunidade surda, e também terem um contato íntimo com a representatividade de ser surdo, pois trocam experiências de vidas e conhecimentos. (STROBEL, 2016).

Outro aspecto que está junto com o artefato cultural lingüístico é o SignWriting (SW), então com o apoio de Strobel (2016, p. 56), “[...] é o sistema de escrita para escrever a língua de sinais [...]”. Com isso, mostra a importância dessa inovação para o sujeito surdo, para que ele consiga escrever os sinais utilizando a LS. Nesse sentido Veloso; Maia (2013, p. 20), apresentam como é esse sistema, “[...] é parecida com o mandarim Chinês. [...]”. Nota-se que não é algo simples, tem a sua complexidade é por conta disso é alvo de pesquisas acadêmicas, como relata Strobel (2016, p. 57):

A pesquisa desse sistema SignWriting (SW) no Brasil foi desenvolvida pela doutora surda Marianne Stumpf, junto com outros pesquisadores. O primeiro contato que ela teve com esse sistema foi no ano de 1996 e em 2005 defendeu a sua tese com esse tema. Esse sistema agora é conhecido no Brasil como Escrita em Língua de Sinais (ELS). (STROBEL, 2016, p. 57).

A partir disso, mostra-se que os indivíduos surdos e a sua língua natural, estão dominando várias esferas sociais, e, então, ganhando o reconhecimento que ela merece, mas ainda, está longe de alcançar o status de é seu de direito. Como Strobel conta na sua experiência, que possuía, “[...] o português fragmentado e ininteligível e gestos caseiros. [...]”. (STROBEL, 2016, p.53).

Com Strobel (2016, p. 53):

[...] em escola de ouvintes, além de muitas outras disciplinas, eu tinha aula de religião, as quais não entendia muito, as únicas coisas que sabia era que Deus era muito importante e, se morresse, iria ficar de frente com Ele; e isto me incomodava, me deixando muito ansiosa. Minha mãe percebeu e me questionou; expliquei a ela através de gestos e vocabulários isolados que, se eu morresse, não saberia como Deus iria me entender. Não sabia falar. Minha mãe explicou que Deus entendia qualquer língua. (STROBEL, 2016, p. 53).

Observa-se que nesse caso Strobel possuía acesso a diferentes formas comunicativas, e com o auxílio de sua mãe, conseguiu entender a situação que tanto lhe afligia. E todo esse reconhecimento linguístico que os surdos estão tendo, é de extrema importância, pois foi a partir de muitas lutas, que conseguiram. E em muitas passagens, foi possível perceber a influência da família, então o terceiro artefato cultural é o familiar, sabe-se a importância desse círculo na formação de qualquer sujeito, é nota-se que o recebimento da notícia da surdez recebida por famílias surdas e ouvintes, são totalmente diferentes, como argumenta Strobel (2016, p. 58):

O nascimento de uma criança surda é um acontecimento alegre na existência para a maioria das famílias surdas, pois é uma ocorrência naturalmente benquista pelo povo surdo, que não vê nessa criança um “problema social”, como ocorre com as maiorias das famílias ouvintes. (STROBEL, 2016, p. 58).

Então, é possível perceber que em muitos casos as pessoas ouvintes se assuntam quando se deparam com o diagnóstico da surdez, pois se sentem desconfortáveis, com isso, mas é possível perceber em muitos relatos que essa convivência por ser oportuna para ambos. (Veloso; Maia, 2013). Mas, na maioria das vezes os pais buscam o auxílio médico, e assim, como fala Strobel (2016, p. 59), “[...] essas famílias alimentam esperanças de “cura” dessa “deficiência” [...]”. A descoberta da surdez têm-se feito muito precocemente, e assim, os pais fazem o uso da sua língua que domina a oral, como fala Quadros; Cruz (2011, p. 28), “[...] geralmente estabelece uma comunicação oral e gestual com o filho surdo, mas com limitação linguística significativa”. E com tudo isso acontecendo, essa família não procurará a comunidade surda. (STROBEL, 2016).

Por conta de toda essa discussão, é possível perceber que os indivíduos surdos inseridos em famílias ouvintes, tendem a ter uma falha na comunicação. Segundo, Strobel (2016, p. 61), “em muitas ocasiões eu não entendia o que falavam ao redor da mesa durante as refeições ou durante as novelas na televisão e muitas vezes imploravam às pessoas pela pouca atenção e explicação sobre tudo”. Nisso, nota-se que a pessoa surda queria se comunicar, mas por falta de uma língua, não conseguia se incluir no mundo que estava sendo ofertado para ela. Por isso, Quadros; Cruz (2011, p. 29), defendem que,

a criança surda tem a possibilidade de adquirir a linguagem por meio do canal visuoespacial. A língua de sinais é a língua acessada pela criança surda de forma natural e espontânea; diferentemente da língua falada que exigirá atendimento clínico-terapêutico. (QUADROS e CRUZ, 2011, p. 29).

Todo esse processo acomete a pessoa surda não possuir uma língua e propositalmente uma identidade e cultura surda, e sim, um estereótipo de ouvinte. Entretanto, vale lembrar que em alguns casos de famílias ouvintes pode acontecer de se inserir na comunidade surda, e assim, esse indivíduo surdo ter acesso a sua língua natural e ter a sua representatividade de ser considerado surdo, com o fortalecimento de uma cultura e identidade. (STROBEL, 2016).

E importante que como qualquer família ouvinte, as famílias surdas também possuem comportamentos próprios deles, e assim, o processo da transmissão da cultura acontece de forma natural. (STROBEL, 2016). E sendo assim, acontece o inverso nessas famílias, como comenta Strobel, (2016, p. 64), “[...] muitas vezes nessas famílias pode ocorrer que as crianças surdas não se achem diferentes do resto do mundo; elas crêem que os sujeitos ouvintes é que são “estranhos”, “esquisitos” ou “diferentes” delas. [...]”. Nessas famílias, também se pode acontecer de nascer um filho ouvinte, e assim, nesse caso ele terá o acesso a língua de sinais primeiramente, para depois a língua oral, o processo será o mesmo que acontece nas famílias ouvintes, porém, de forma mais branda. (STROBEL, 2016). E, com isso, têm-se os CODAs, que crescem no interior da comunidade surda. (QUADROS; MASSUTTI, 2007).

Quando se evidencia a Libras na construção da cultura e identidade surda, está inserido o acesso a diferentes tipos de informações, para que os sujeitos surdos consigam ser incluídos no mundo como um todo. Nesse viés, têm-se o quarto

artefato cultural a literatura surda, então como defende Strobel (2016, p. 68), sobre literatura surda,

[...] ela traduz a memória das vivências surdas através das várias gerações dos povos surdos. A literatura se multiplica em diferentes gêneros: poesia, história de surdos, piadas, literatura infantil, clássicos, fábulas, contos, romances, lendas e outras manifestações culturais. [...]. (STROBEL, 2016, p. 68).

Percebe-se que a literatura surda está associada intimamente com o cotidiano da comunidade surda, para que assim, apresente suas experiências. Como comenta Strobel (2016, p. 68):

A literatura surda refere-se às várias experiências pessoais do povo surdo que, muitas vezes, expõem as dificuldades e/ou vitórias das opressões ouvintes, de como se saem em diversas situações inesperadas, testemunhando as ações de grandes líderes e militantes surdos, e sobre a valorização de suas identidades surdas. (STROBEL, 2016, p. 68).

Essas histórias são criadas e divulgadas para o conhecimento da cultura e identidade surda, e com isso, é importante ressaltar que elas não são únicas, pois depende da construção social de cada sujeito surdo, e sua participação na comunidade surda, como também a sua subjetividade. (Santana, 2007). Toda a construção da literatura surda vai perpassar pelas representações surdas que o povo surdo tem como referência, e assim, muitas situações serão correlacionadas, e para se entender será necessário a Libras e muitas vezes da visão, como argumenta Strobel (2016, p. 74):

Os povos surdos olham para suas trajetórias vivenciadas no passado e no presente e percebem muitas realizações deslumbrantes dos pioneiros da cultura surda. A história cultural de surdos é longa e complexa, existe há dezenas de milhares de anos. Os povos surdos usam inúmeros meios de se comunicar através da língua de sinais, desenhos, expressões faciais, corporais e imagens visuais. (STROBEL, 2016, p. 74).

Neste quesito vale recordar que toda a história que os surdos passaram influenciou na sua forma de modificar o mundo, ou seja, lutando e conquistando um espaço na comunidade majoritária, para que a sua representatividade surda fosse aceita e respeitada.

Então, se atualmente os indivíduos surdos possuem sua forma de lazer, e por conta de toda manifestação artística que foi criada nas esferas sociais. E, com isso, tem-se o quinto artefato cultural que é a vida social e esportiva, somente pelo nome consegue-se perceber o que se refere, esse artefato vem para apresentar que a comunidade surda, também realiza festividades, para a socialização. Então,

Strobel (2016, p. 74), fala que a vida social e esportiva “[...] são acontecimentos culturais, tais como casamentos entre surdos, festas, lazeres e atividades nas associações de surdos, eventos esportivos e outros”.

Essas situações que acontecem no interior da comunidade surda influenciam na vida cotidiana das pessoas surdas, pois elas estão incluídas na sociedade majoritária e necessitam criar formas comunicativas, como foi descrito no segundo artefato, então muitas das vezes utilizam o português escrito, para conseguirem se comunicar com pessoas ouvintes que não dominam a LS, como foi à experiência vivida por Strobel, ela narra no seu livro Strobel (2016, p. 74):

[...] Como moro sozinha, eu precisava ir ao aeroporto no dia seguinte, às cinco horas da madrugada, e não sabia como iria chamar um táxi. Então, mandei uma mensagem no celular para minha irmã e pedi a ela para agendar um táxi que me aguardasse na frente do meu apartamento. No dia seguinte, o táxi veio. Escrevi para o motorista num papel explicando que queria ir ao aeroporto e ele me levou sem problema. (STROBEL, 2016, p. 74).

Nota-se que ela criou uma estratégia comunicativa para que ocorresse uma interação entre ela (pessoa surda) e o motorista que era ouvinte, e também, utilizou o recurso tecnológico, pois a sua irmã foi à mediadora, e com isso Santana (2007, p. 43), argumenta que “[...] o sujeito não pode ser visto dentro de um “vácuo social”. Ele afeta os discursos e as práticas produzidas e é por eles afetado”. Nessa passagem da situação vivenciada, é possível observar que os sujeitos estão sempre em um processo associativo, ou seja, uma cultura está inerente à outra, mas em muitas vezes se complementam.

Por esse motivo, que muitas situações vivenciadas pelos sujeitos surdos auxiliam para que outro membro surdo ou ouvinte da comunidade surda troquem reações, e assim, tem-se a criação de um elo. Como diz Strobel (2016, p. 75):

Há reações emocionais dos sujeitos surdos que trazem padrões de comportamentos habituais do povo surdo e que podem consistir em contatos íntimos entre os membros da comunidade surda, tais como amizades, lealdades e casamento entre eles. [...].(STROBEL, 2016, p. 75).

Sendo assim, percebe-se que as pessoas que são usuárias de Libras têm esse sentimento de pertencimento dentro da comunidade surda, mesmo que ela seja ouvinte ou surda, mas somente por utilizar a LS, tem-se uma conexão interligando esses sujeitos. Então, por isso Strobel (2016, p. 78), comenta como funcionam as festividades nessa comunidade.

Nos bailes e festas promovidos pelas associações de surdos, geralmente, no salão, há poucos sujeitos surdos dançando e a grande maioria está conversando em seu canto, pois os sujeitos surdos, quando reencontram seus amigos de muitos lugares do país, sentem mais necessidade de colocar em dia as conversas para saber as novidades do que de dançar. E aqueles que dançam no salão, ou são sujeitos ouvintes – amigos ou familiares de surdos – ou são sujeitos surdos que sentem a vibração da música e gostam de dançar. A maioria procura imitar os passos, tentando adivinhar o ritmo musical, observando os outros dançando; ou então dançam livres, à sua maneira, afinal, nesses bailes e festas de cultura surda não há regras de ritmo musical correto e muitas vezes acontece que quando acaba a música, eles continuam dançando. (STROBEL, 2016, p. 78).

Contudo isso é possível perceber a perspicácia da comunidade surda, pois sempre tentam trazer e colaborar na cultura surda, mesmo que algum agente mediador, nesse caso a música, seja de influência da cultura ouvinte, porém, utilizam esse recurso a seu modo, ou seja, adaptando, através da vibração, para se divertirem, e também, colocam a experiência visual em jogo, para observar o seu redor. Vale ressaltar, que os sujeitos surdos se identificam através do sinal, então Strobel (2016, p. 79) explica essa curiosidade:

Outro lance curioso que as comunidades surdas têm é a tradição de batizar os nomes de seus membros em língua de sinais, que pode ser uma das características físicas da pessoa, ou primeira letra de seu nome, ou de sua profissão. [...].(STROBEL, 2016, p. 79).

Nesse viés a possibilidade de transposição de uma cultura sobre a outra, fica evidente, pois os indivíduos surdos utilizam a referência do nome ou alguma palavra, para transformar em sinais, e com eles, se comunicam em Libras. Então, Mourão (2011, p. 46), exemplifica essa manifestação.

Portanto, cultura surda se manifesta em formas e discursos; isto é, forma de sinalizar como língua de sinais e experiências visuais, compreendendo o mesmo mundo, formas de contar, narrativas, piadas, poemas. Os surdos também frequentam ambientes como associação de surdos e eventos como olimpíada surda, encontro de jovens surdos, colônias de férias, etc. todos em modalidade visual e práticas sociais. [...]. (MOURÃO, 2011, p. 46).

Pode-se perceber que as pessoas surdas criaram todo um universo somente delas, para que assim, tenham um representante deles em cada setor, e assim, consigam apresentar para a comunidade majoritária a sua participação no mundo, criando um vínculo entre ambos, porém cada qual a sua maneira.

Então, a partir disso tem o sexto artefato cultural – artes visuais, com isso Strobel (2016, p. 82) comunicam que “[...] os povos surdos fazem muitas criações artísticas que sintetizam suas emoções, suas histórias, suas subjetividades e a sua cultura”. E uma forma de fazer o outro pensar a cultura surda, ou seja, transmitir um

olhar de como esse sujeito surdo é visto ou se percebe no mundo como um todo. De acordo com Strobel (2016, p. 82):

Tem muitos surdos artistas que fazem desenhos, pinturas, esculturas e outras manifestações artísticas com a extensão, beleza, equilíbrio, harmonia e também revoltas com muitas discriminações sofridas pelo povo surdo. Como exemplo, há muitas pinturas e esculturas lindas que os artistas surdos produzem em língua de sinais, cenas de opressões ouvintistas e outros. (STROBEL, 2016, p. 82).

Então, nesse sentido nota-se que os sujeitos surdos estão em muitas manifestações artísticas, para que assim, consigam expressar a sua cultura e identidade surda, às vezes através da LS, experiência visual, mas a todo o momento, o foco é a subjetividade (sentimento) que o indivíduo surdo quer passar.

Por esse motivo, pode-se associar que o sentimentalismo que é transpassado pelas obras criadas por surdos, é uma forma que luta, e com isso, chega-se ao sétimo artefato cultural, que é a política, que segundo Strobel (2016, p. 88), “[...] consiste em diversos movimentos e lutas do povo surdo pelos seus direitos”. Com esse sentido, observa-se o tanto que as pessoas surdas conquistaram até agora, o reconhecimento de sua língua, da sua cultura, do seu modo de ser. E necessário que se tenha uma organização, para defender todos os direitos, e assim, Strobel (2016, p. 89), apresenta a FENEIS.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, com finalidade sociocultural, assistencial e educacional, que tem por objetivos a defesa e a luta pelos direitos da comunidade surda brasileira. [...]. (STROBEL, 2016, p. 89).

Nessa defesa, percebe-se que esses representantes estão sempre evidenciando o melhor para a comunidade surda, para eles sejam sempre aceitos, sem que ocorra uma violação de seus direitos já consumados. (PERLIN; MIRANDA, 2003). Para que isso aconteça, é preciso que o indivíduo surdo, desde a tenra idade seja educado para valorizar essa diferença existente. E, nesse sentido Strobel (2016, p. 91), comenta,

O povo surdo luta pela pedagogia surda que parte de um “olhar” diferente, direcionado em uma filosofia para educação cultural, na qual a educação dá-se no momento em que o surdo é colocado em contato com sua diferença, para que aconteça a subjetivação e as trocas culturais. [...]. (STROBEL, 2016, p. 91).

Pode-se dizer que a pedagogia surda é focada nessa subjetividade que os sujeitos surdos possuem que é valorização do seu jeito de ser. (PERLIN; MIRANDA, 2003). Então, o artefato cultural política, reflete sobre as situações positivas e

negativas, que o povo surdo perpassou e perpassa, e com isso, vão atrás da defesa de seus direitos, para que tudo se transforme de maneira positiva para esses indivíduos.

E sendo assim, tem o oitavo artefato cultural que são os materiais, que contribuem para uma melhor inclusão dos sujeitos surdos, nesse viés Strobel (2016, p. 94), argumenta que é a “[...] transformação da natureza pelo trabalho humano, e sua utilização é condicionada ao enleio do comportamento cultural dos povos surdos, que auxilia na acessibilidade na vida cotidiana de sujeitos surdos [...]”.

Esses materiais fazem que os sujeitos surdos se sintam participantes da comunidade da majoritária, e com isso, desempenhem suas funções com autonomia, e um desenvolvimento geral do seu ser. (QUADROS; CRUZ, 2011).

A partir disso, Strobel (2016, p. 95) apresenta alguns recursos de acessibilidade para os indivíduos surdos:

Destacam-se, entre eles, o Telephone Device for the Deaf (TDD) – um pouco maior que o telefone convencional, na parte de cima tem um encaixe de fone e embaixo dele tem um visor onde aparece escrito digitado e, mais abaixo, tem as teclas para digitar -, instrumentos luminosos como a campainha em casas e em escolas de surdos, despertadores com vibradores, legendas *closed-caption*, babás, sinalizadores, etc. [...]. (STROBEL, 2016, p. 95).

Os materiais apresentados acima são facilitadores para a vida do sujeito surdo na comunidade majoritária, e também, para se comunicarem e receberem as informações, e assim, ter uma vida como qualquer outra pessoa. E eles possuem acesso a outras tecnologias, como Strobel (2016, p. 97), apresenta:

[...] são de domínio da sociedade em geral, mas que são necessárias para o povo surdo, pertencem ao meio digital de comunicação em tempo real a distância, como torpedos de celular, *chats* em internet e muitos *sites* das comunidades surdas. Além disso, há a acessibilidade de sujeitos surdos em variados espaços, como em congressos, julgamentos, aulas e cursos, possibilitada por intérpretes de língua de sinais, telão e cartazes, etc. (STROBEL, 2016, p. 97).

Considera-se que os avanços tecnológicos vem dar um suporte maior para os sujeitos surdos frequentem a comunidade majoritária, porém, colocando a sua cultura e identidade em foco. E interessante observar, que os TILS são vistos como recursos acessíveis para que os indivíduos surdos possam interagir e participar de diversos eventos, sempre colocando em foco a sua diferenciação cultural.

Portanto, pode-se concluir que os oito artefatos culturais surdos são vistos como extensores da cultura surda, para que assim eles facilitem o acesso da

comunidade majoritária ao entendimento de como é se sentir surdo, e mesmo assim, esses artefatos culturais surdos são interdependentes do processo intercultural, pois a comunidade surda está sempre em interação, entre surdos e ouvintes utilitários da LS, e por meio disso, é importante a valorização e divulgação da diferenciação cultural, pois o percebimento da mesma traz o foco para as representações subjetivas dos sujeitos surdos.

CAPÍTULO III

A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

Nesse capítulo trata especificamente do tradutor-intérprete de Libras, como profissão e a interação deste com a comunidade surda. Nesta perspectiva, é importante conhecer o profissional tradutor - intérprete de Libras, essa profissão é regulamentada pela Lei Federal nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010), o TILS, fará a tradução e interpretação de algo falado ou escrito, e nesse caso, especificamente da Língua Portuguesa para Libras e vice-versa. (BRASIL, 2004).

3.1 O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS COMO MEDIADOR ENTRE OS SUJEITOS SURDOS

O intérprete de Libras se torna não apenas um mediador de comunicação e relação no ambiente escolar, mas também, um agente integralizador. Pois, percebe-se, que ele é alguém que está inserido na comunidade surda, pois utiliza a LS, e com isso, faz uma articulação do surdo incluído com o seu povo. Mas, somente isso, não basta, pois é necessário o sujeito surdo ter alguém semelhante a si, para que assim, consiga-se identificar e ter orgulho de ser um indivíduo surdo. (STROBEL, 2016).

Porém, pode-se perceber essa falha no sistema de educação regular, e por conta disso, muita demandas recaem sobre o IE, então como defende Lacerda (2013, p. 35), “[...] a inclusão do intérprete não soluciona todos os problemas educacionais dos surdos, sendo necessário pensar a educação inclusiva, em qualquer grau de ensino, de maneira ampla e consequente”. Então Martins Briega (2019, p. 19), aponta um caminho para uma educação no ensino regular de qualidade:

Uma educação acessível é aquela que garante o ensino voltado para o desenvolvimento do aluno, pautada em recursos, conteúdos, ações e estratégias criadas para favorecer o desenvolvimento psíquico. Caberia então à escola propiciar a interação pela língua do aluno, para assim sustentar as relações dadas pela linguagem. (MARTINS BRIEGA, 2019, p. 19).

Contudo, é preciso considerar que o trabalho pedagógico sendo realizado pelo TILS precisa ser focando na estrutura linguística da língua natural do sujeito surdo, como aponta Quadros; Karnopp (2004, p. 30),

as línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação [...].(QUADROS; KARNOPP 2004, p. 30)

Sendo nesse viés, não se pode considerar que a Libras é somente sinais isolados, seguindo a estrutura da Língua Portuguesa, é necessário ter a ciência que ela como língua possui suas especificidades, e assim, lhe garante legitimidade.

Então, o tradutor-intérprete de Libras inserido em escolas regulares trabalhará como um agente integralizador, ou seja, o seu papel nessa instituição é o de interpretar. (LACERDA, 2013). E nesse sentido, é preciso considerar que existem formas de tradução e interpretação, que são: a) simultânea – no mesmo tempo que o TILS está lendo/ouvindo uma informação na língua fonte já realiza o processo para a língua alvo, um processo dinâmico e espontâneo; b) consecutiva – quando o IE está lendo/ouvindo tendo o contato com a informação, ele processa toda a mensagem, para após fazer a transferência da língua fonte para a língua alvo. (BRASIL, 2004). Considerando todos esses passos, é preciso perceber que a demanda funcional do intérprete de Libras em uma instituição escolar ou em qualquer espaço público passa por diversas dinamizações, para que o sujeito surdo tenha acesso total ao conhecimento perpassado de uma língua para outra, e com isso, sem uma ruptura. De acordo com Lacerda (2013, p. 36):

Um aspecto fundamental a ser considerado na atuação do IE em sala de aula é o nível educacional. O profissional precisa ter conhecimentos específicos para que sua interpretação seja compatível com o grau de exigência e possibilidades dos alunos que está atendendo. Atuar na educação infantil, no ensino fundamental, médio e/ou superior requer modos de interpretação, intervenção e conhecimentos bastante distintos. (LACERDA, 2013, p. 36).

E importante lembrar que o intérprete educacional será esse ponto de ligação entre os sujeitos ouvintes e surdos na rede de ensino, e assim, ter a consciência de sua participação e influência nela, não apenas para a transposição das informações e conversas de uma língua para outra, mas também, a divulgação e a valorização da LS, como comenta Strobel (2016, p. 104),

o sujeito surdo que tem vergonha de usar a língua de sinais não se reconhece como surdo e sim como um deficiente, ou seja, não conseguiu se libertar da visão de surdez que a sociedade atribui.

Por esse motivo, é importante que as escolas de ensino regular valorizem a educação bilíngue para os estudantes surdos, para que toda comunicação nessa

instituição de ensino seja por meio da Libras, como argumenta Lacerda (2013, p. 37),

[...] Cabe ressaltar, que a educação bilíngue é algo bastante complexo, já que não basta ter alguém presente em sala de aula ou na escola que saiba Libras, mas é necessário que esta língua circule no espaço escolar, que ela seja respeitada e que possibilite a construção de conhecimentos. (LACERDA, 2013, p. 37).

Evidenciando isso, é preciso atrelar a educação bilíngue com a cultura surda, pois se notou que a língua natural dos indivíduos surdos é um artefato cultural de bastante clamor para a comunidade surda, e assim, Strobel (2016, p. 107), defende:

A cultura surda e a língua de sinais, no decorrer da história de surdos, sofreram verdadeiras perseguições, mas as representações sociais estão passando por uma nova mudança para o povo surdo que não teme esconder suas identidades culturais. [...]. (STROBEL, 2016, p. 107).

Vale recapitular todos os desafios que o povo surdo passou na sua trajetória no processo de ensino e aprendizagem, para conseguirem chegar até o reconhecimento da sua própria língua, que no caso da comunidade surda é a Libras, e assim, permite-se atribuir um significado quando essa mesma língua está sendo aceita em muitos meios na sociedade majoritária, pois com ela, percebe-se que os discentes surdos aprendem muito mais, como diz Martins Briega (2019 p. 20-21):

Durante a interação em Libras, a criança desenvolve muito mais do que a atenção visual. É por meio da prática linguística que ela compõe seu acervo de recursos mnemônicos, ou seja, auxiliares verbais para a memória associados à sua experiência pessoal que permitem a conexão de informações com palavras, com a língua. [...]. (MARTINS BRIEGA, 2019, p. 20-21).

Considerando todas as formas comunicativas que as pessoas surdas possuem, e com elas, as abordagens educacionais que os mesmos foram submetidos, é importante conciliar que a LS é uma fonte de ligação para a comunidade surda, pois por meio dela, consegue entender e perceber o seu mundo, então, nesse sentido a Libras é uma marca cultura para esses sujeitos, porém esse não é a principal fonte entre eles, mas como argumenta Strobel (2016, p. 112):

Mas o que ocorre verdadeiramente é que, no encontro do surdo com outro surdo que também usa a língua de sinais, se faz brotar novas probabilidades de subjetividades, de compartilhar a cultura, de aquisição de conhecimentos, que não são plausíveis por meio da língua oral e da cultura ouvinte. Nota-se que dessa forma a identidade está relacionada tanto aos discursos produzidos quanto à natureza das relações sociais, isto é, pode

ocorrer nas fronteiras¹ identificatórias entre o próprio sujeito surdo e o sujeito ouvinte, quando obtém a consideração dos demais membros do povo surdo na comunidade à qual pertence. [...]. (STROBEL, 2016, p. 112).

Neste aspecto as relações sociais são consideráveis para a comunidade surda, pois é nela que os sujeitos surdos e ouvintes que são usuárias de Libras, sendo como primeira ou segunda língua, estão criando uma conexão, e assim, transformando a cultura surda, pois nela, está a passagem de diversas etapas, que será sempre alterada, conforme o espaço e tempo.

E por meio dessas relações a LS está ganhando um status que é dela por direito, mas percebe-se que em muitos casos ainda existe uma fragilidade na educação bilíngue brasileira, como comenta Martins Briega (2019, p. 22):

Entretanto, o cenário atual é composto por educandos com frágil formação linguística. Como medida paliativa, existem propostas de formação continuada para professores, mas, enquanto eles não forem fluentes em Libras, será mais frequente o ensino mediado pelo intérprete de Libras. As poucas classes e as escolas bilíngues brasileiras vigentes na atualidade são destinadas à educação infantil e às séries iniciais do ensino fundamental e, por isso, nas séries finais e no ensino médio, o aluno surdo vive a inclusão na classe comum regular, em alguns casos atendidos pela mediação do intérprete de língua de sinais, outras vezes sem qualquer mediação presente. (MARTINS BRIEGA, 2019, p. 22).

Considerando esses percalços na formação dos alunos surdos nas instituições de ensino regulares, e também, a participação da família deles, para que sua primeira língua seja a LS, e com isso, essas interações de pessoas surdas com os seus semelhantes, sujeitos surdos com o IE ocorra pelas Libras, e assim, têm-se uma educação de qualidade para essa comunidade. Reforçando, é necessário que aula planejada pelo docente seja adaptada, evidenciando o sujeito surdo, para que assim, aconteça um pleno desenvolvimento do sujeito surdo.

Com isso, conclui-se que o trabalho do IE está muito além de tradução e interpretação para os sujeitos surdos, mas sim, conhecer a sua língua e cultura, para que durante o processo de socialização aconteça uma mediação de forma completa, não somente sinais isolados, mas que a informação repassada crie um vínculo com a história de vida cultural desse indivíduo surdo, sendo assim, pode-se notar que o TILS participante da comunidade surda, estará mais engajado, pois conhece todas

¹“Entendemos as identidades essenciais, ou ainda um essencialismo estratégico de que fala Bhabha, como constantes do centro de um disco elástico em torno do qual existem fronteiras, nesse sentido ‘contornos d fronteiras’. Andar na fronteira equivale ao hibridismo.” (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 224 apud STROBEL, 2016, p. 112).

as especificidades desse povo surdo, é compromete-se com uma escola acessível e bilíngue para as pessoas surdas.

3.2 ATUAÇÃO DO TRADUTOR – INTÉRPRETE DE LIBRAS

Sabe-se que essa profissão somente foi criada por conta dos sujeitos surdos que devem participar da comunidade majoritária, e assim, necessitavam de uma pessoa que dominasse a Libras e também a língua oral do país, para assim acontecesse a mediação comunicativa. Então, Lacerda (2013, p. 28), mostra a regulamentação do TILS:

Para a inclusão dos surdos e a efetivação do direito à informação em sua língua, é imprescindível o reconhecimento do profissional intérprete de Libras, que é quem possibilita a comunicação entre surdo e ouvinte, devendo o mesmo ter domínio da Libras e do português, conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento do indivíduo surdo, conhecimento da comunidade surda e convivência com ela. [...]. (LACERDA, 2013, p. 28).

Nota-se que a atuação do intérprete está além do somente interpretar e traduzir de uma língua para outra, mas também fazer parte de todo o processo da constituição da cultura surda e o seu desenvolvimento dentro e fora da comunidade surda, e com isso, Lacerda (2013, p. 28), faz um breve histórico da profissão do tradutor-intérprete de Libras:

No sítio da FENEIS na internet também é possível encontrar um breve histórico e aspectos da situação atual dos ILS. Em vários países há tradutores e intérpretes de língua de sinais, e em todos eles a história da constituição desse profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas como trabalho, na medida em que os surdos foram conquistando maior espaço social. A participação de surdos nas discussões sociais abriu a possibilidade para a profissionalização dos intérpretes e para o reconhecimento da língua de sinais em cada país. À medida que a língua de sinais passa a ser reconhecida, os surdos ampliam sua garantia de acesso a ela como direito linguístico, e, conseqüentemente, a figura do intérprete vai se consolidando. Quanto mais a comunidade surda é respeitada, se envolve em atividades políticas e culturais e melhora seus níveis de escolarização, mais é exigido da formação e da qualificação do ILS. (LACERDA, 2013, p. 28).

Observa-se a influência do intérprete de Libras na comunidade surda, e como essas pessoas surdas fazem esse profissional ganhar visibilidade, então um auxilia o outro no processo de garantia de direitos. Precisa-se lembrar que, contudo isso nasce à educação bilíngue, pois através dela que os estudantes surdos terão um contato maior com a sua cultura e construção de uma identidade surda, pois o IE estará fazendo parte da comunidade surda, e com isso, cria-se um vínculo

afetivo para todos, e assim, a comunidade minoritária estará ganhando espaço na sociedade majoritária.

E a partir disso têm-se alguns itens que será necessário que o profissional intérprete precisa dominar para que consigam passar a mensagem com clareza para as pessoas surdas. Apoiado em FENEIS (2009) apud DORZIAT; ARAÚJO (2012, p. 393):

[...] recomenda ainda que o profissional intérprete conheça profundamente a Libras e as técnicas de interpretação, mantendo sua postura ética profissional, atento ao vestuário, aparência pessoal, iluminação, local, fundo visual, barulhos laterais, acomodações, posição natural para sinalizar, tempo de interpretação, expressões faciais, uso do alfabeto manual, tautologia, expressões idiomáticas, possíveis distrações etc. (FENEIS, 2009 apud DORZIAT; ARAÚJO, 2012, p. 393):

Como discutido anteriormente, existe toda uma preparação para que a LS seja de fácil compreensão para o indivíduo surdo, necessitando ir além de sinais, mas sim se preocupar com o espaço onde está inserido o TILS, a roupa que esta vestida, o seu rosto precisa estar visível para que as expressões faciais sejam captadas com rapidez, e sempre levando em conta o nível linguístico e cultural que a pessoa surda é instruída, para que, toda a mensagem seja passada e recebida num todo.

Então, é necessário segundo Lacerda (2013, p. 28) apud Quadros (2004), acerca do intérprete garanta toda uma sensibilidade durante a sua função de traduzir e interpretar,

[...] afirma não basta o profissional ter apenas conhecimento da língua de sinais, mas a importância de ele ter boa fluência e ser versátil para interpretá-las para a língua portuguesa e vice-versa, destacando o respeito e a postura ética em sua atuação com a pessoa surda como fundamentais para o reconhecimento positivo de seu trabalho. Para que isso seja alcançado, a FENEIS indica a frequência a cursos de Libras e a convivência com os surdos nas associações, para prática da língua e participação em exame específico para a certificação como intérprete. (LACERDA, 2013, p. 28 apud QUADROS, 2004).

Contudo isso a língua de sinais está sempre em processo de evolução, como as línguas orais, e por conta disso, é necessário que o TILS esteja inserido nas comunidades e associações de surdos, pois nesses espaços que circulam os fluentes na LS, que são as pessoas surdas. Por esse motivo, o processo de ensino e aprendizagem da Libras com os sujeitos surdos que são usuários principais dessa língua, acontece de forma mais espontânea, pois o ensino da LS será de forma contextualizada.

Nesse viés, precisa-se abordar sobre a formação específica do tradutor-intérprete de Libras, pois é necessária a fluência na língua materna das pessoas surdas, porém, nota-se que tem outros elementos para garantir uma tradução e interpretação de qualidade para os níveis linguísticos de cada sujeito surdo.

Segundo Lacerda (2013) sobre a certificação do intérprete de Libras aponta que é um exame de proficiência, que visa certificar pessoas ouvintes para atuarem como intérprete, sendo organizada em uma prova prática que aborda primeiramente questões sobre legislações, cultura, educação, história do povo surdo – todas respondidas em LS; e num segundo momento é a condução de interpretação e de Libras para o português e vice-versa. Essa avaliação será através de uma banca examinadora constituída por indivíduos surdos e intérpretes de Libras, sendo realizada pela FENEIS, e assim, observa-se que são várias demandas para que o TILS aborde durante uma avaliação que regulamentará a sua atuação nos diversos espaços públicos, e por conta disso, é necessário ter um conhecimento linguístico da língua de sinais amplificado, para dar conta da interpretação. Como argumenta Lacerda (2013, p. 30),

[...] é muito comum o ILS não ter acesso prévio ao texto que irá interpretar e, por isso ter que construir a interpretação na língua de sinais à medida que o orador vai expondo suas ideias, o que torna o trabalho de interpretação ainda mais difícil. (LACERDA, 2013, p. 30).

Com isso, percebe-se que a função de mediação comunicativa assumida pelo TILS possui muitas demandas do nível linguístico e cultural do mesmo, para que consiga passar com fidelidade a informação para todos os sujeitos surdos, sempre conhecendo o público que está presente durante a interpretação. E falando sobre o IE é preciso ter uma clareza maior desse profissional que trabalhará na educação de ensino regular, pois como comenta Dorziat; Araújo (2012, p. 403),

assim, embora entendamos que o processo educacional está envolto em uma complexidade dialógica, contextual e didática, que vai além da mera tradução literal de informações, pois lida com diferentes subjetividades, [...].(DORZIAT; ARAÚJO, 2012, p. 403)

Percebe-se que a prática do intérprete de Libras nas instituições de ensino regular está no de promover o processo de ensino e aprendizagem por parte dos estudantes surdos, mas, notando que cada um desses indivíduos será único, então o foco na tradução e interpretação dos conteúdos, será no nível linguístico e cultural de cada um deles, mas, sempre visando uma educação acessível e de qualidade.

Portanto, pode-se observar que a atuação do TILS sendo em diferentes esferas sociais está sempre visando à intermediação comunicativa do sujeito surdo, através da mediação das línguas (Libras e português). Esse profissional precisa participar assiduamente da comunidade surda, pois com isso, terá um repertório de sinais e conseguirá traduzir e interpretar para cada subjetividade surda, ou seja, faz-se entender para cada indivíduo surdo, pois fará a sua interpretação para o nível linguístico e cultural de cada pessoa surda. Evidenciando o IE, este poderá atuar como um agente integralizador, pois a partir da sua influência o sujeito surdo poderá participar e ter contato com a comunidade surda, e assim, se identificar e ter orgulho de ser surdo.

3.3 A RELAÇÃO DO INTÉRPRETE COM AS PESSOAS SURDAS

Percebe-se que ao longo da história da educação e interação de surdos com os ouvintes, a sua forma de ser visto sempre se limitou a alguém que não se podia ter uma comunicação, mas no decorrer notou-se que isso era completamente ao contrário, pois quando os sujeitos surdos têm uma representatividade da sua cultura, por meio de alguém que domine Libras, seja usuária da mesma língua e insira esse sujeito na comunidade surda, tem-se a criação de um vínculo afetivo.

Sendo assim, Strobel (2016, p. 121), considera que,

[...] a preferência de surdos em se relacionar com seus semelhantes fortalece sua identidade e lhes traz segurança. É nos contatos com seus semelhantes que eles se identificam com os outros surdos e encontram relatos, problemas e histórias semelhantes às suas. (STROBEL, 2016, p. 121).

Então, a inclusão social das pessoas surdas na sociedade majoritária necessitará de uma mediação comunicativa, que será realizada pelo TILS, pois esse profissional terá o domínio de Libras, como também, o conhecimento da cultura e identidade surda. Evidencia-se no cotidiano a presença do intérprete nas escolas regulares, e com isso, é necessário que este profissional esteja atuando na escolarização das pessoas surdas, desde a tenra idade. Por meio disso, consolida-se a abordagem bilíngue para a educação de surdos, como aponta Lacerda (2013, p. 50):

[...] No caso da educação de surdos, acrescentam-se necessidades que devem ser atendidas pelas instituições – a de oferecer oportunidades para que a criança se torne bilíngue, esteja em interação com pares em sua língua e tenha contato com a comunidade surda, podendo se reconhecer

como pertencente a ele e reconhecer aspectos pertinentes à surdez. Esse é um desafio especialmente difícil na realidade atual, que vem buscando caminhos para a educação inclusiva. (LACERDA, 2013, p. 50).

Com esse modelo educacional faz-se necessário à presença do ILS, pois este profissional terá o conhecimento linguístico, cultural, histórico para perpassar para as pessoas surdas, e com isso, incluí o mesmo e sua família na participação na comunidade surda. No meio do trabalho também é necessário que os sujeitos surdos tenham uma mediação como comenta Strobel (2016, p. 122):

Para a inclusão de sujeitos surdos nas empresas, o ideal seria a contratação dos serviços dos intérpretes e tradutores de língua de sinais para as reuniões, as palestras e os cursos de formação oferecidos. Também seria importante que essas empresas se conscientizassem das diferenças linguísticas e culturais dos sujeitos surdos e permitissem acessos a cursos de língua de sinais aos funcionários, colegas, amigos, vizinhos, familiares e às comunidades em geral, a fim de possibilitar que se comuniquem e convivam com os funcionários surdos. (STROBEL, 2016, p. 122).

Os espaços públicos precisam ser preparados para receber os indivíduos surdos, então necessitam ter a percepção que são pessoas visuais, que se comunicam com as mãos, apesar de possuírem estratégias comunicativas, mas quando estes estão inseridos na comunidade majoritária tem o direito da sua diferenciação linguística e cultural, e com isso, o profissional tradutor-intérprete de Libras ajudará na inclusão dos mesmos, para que assim, ocupem o seu lugar de direito, que é participar de todos os movimentos sociais, sendo respeitado a sua língua de sinais e cultura surda. Abaixo, encontra-se um acontecimento com Strobel, de acordo com Strobel (2016, p. 121):

[...] Eu e minha amiga surda fomos a um grande supermercado reclamar sobre um aparelho doméstico que quebrou após somente quatro meses de uso; no supermercado alegaram que nós perdemos a garantia porque na hora da compra eles comunicaram que devíamos tirar a nota fiscal emitida pela loja e que o extrato de caixa não tinha valor. Isso foi informado na hora da compra, mas como nós duas somos surdas não "ouvimos" o comunidade e com isso ficamos prejudicadas. (STROBEL, 2016, p. 121).

Nessa passagem, evidencia-se a falta de um profissional que mediasse a comunicação por meio da LS, pois com isso, a Strobel e sua amiga não teriam uma falha na comunicação, pois como ela comentou todo o diálogo foi feito na língua oral em nenhum momento passou-se para a Libras, com isso Lacerda (2013, p. 21) argumenta que,

[...] o trabalho de interpretação não pode ser visto, apenas, como um trabalho linguístico. É necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental,

mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o funcionamento da mesma, dos diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas de atividade humana. Interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos. A partir dessa percepção, as formas verbais “desaparecem”, cabendo ao intérprete expressar o sentido sem estar preso às formas da língua de partida; produzir um novo enunciado que atenda à completude da mensagem original, refletindo as características da língua de chegada, sem deixar traços da língua de partida. (LACERDA, 2013, p. 21).

Com esse quesito, evidencia-se como o intérprete em Língua de Sinais (ILS) somente vem favorecer a inclusão social do sujeito surdo na comunidade majoritária. O contato desse profissional com os indivíduos surdos na sociedade ouvinte permite ao mesmo ter acesso a toda informação, para que esses sujeitos não sejam deixados de lados, e assim, terem os seus direitos como cidadãos violados, pois é preciso ter em cada esfera pública social a presença do intérprete de Libras, para fazer a mediação comunicativa.

Contudo que foi abordado até o presente momento, faz-se necessário ter a clareza que o contato do sujeito surdo com a sua comunidade, somente traz positividade para a representação deles, pois com isso, percebem a sua cultura que são próprios deles. E por esse meio, a atuação do intérprete de Libras somente favorece o acesso as informações em qualquer meio público, mas nota-se que esse profissional tem uma forte participação no meio educacional, como comenta Strobel (2016, p. 133):

[...] Os povos surdos, hoje mais abertos culturalmente, não se submetem mais e gritam alto: “chega de mania de normalização, de reabilitação”, porque eles estão mais conscientes lá, de onde eram sempre tomadas as decisões por eles e para eles; os povos surdos unicamente querem uma escola que lhes permita aprender e não fingir que sabem! (STROBEL, 2016, p. 133).

Nessa visão a comunidade surda está dominando e se incluindo na comunidade ouvinte, e a perspectiva abordada é na escola de ensino regular, e com isso, o IE inserido nesse espaço precisa defender a escolarização das pessoas surdas por meio da LS, como também a sua cultura e identidade surda, para que sejam formados integralmente, e assim, consigam ter o seu poder de escolher, para a valorização de toda a sua comunidade. E Lacerda (2013, p. 39) coloca a configuração das escolas regulares com a participação do intérprete de Libras na sala de aula:

A sala de aula tradicionalmente se constitui como um lugar no qual o professor ensina e a criança aprende. Com a entrada do ILS no espaço

educacional, acrescenta-se um terceiro elemento que estará lá não só para interpretar da Libras para o português e do português para Libras, mas também para mediar os processos discursivos entre professor e aluno, almejando a aprendizagem – desse modo, em alguma medida, também o ILS se vê comprometido com a aprendizagem do aluno. Essa nova configuração do espaço escolar certamente demandará ajustes do papel do ILS, do professor e do aluno. Além disso, se trata de uma prática de interpretação com especificidades, já que se dá em um ambiente que propicia uma convivência contínua, um certo grau de intimidade tanto com o professor, quanto com os alunos surdos e ouvintes. [...]. (LACERDA, 2013, p. 39).

É nesse sentido, percebe-se que o trabalho pedagógico que está em torno do TILS vai muito além da tradução e interpretação de uma língua para outra, mas sim, envolve-se na constituição do sujeito surdo como um ser que conhece, respeita, valoriza, divulga e participa como representante e defensor da cultura e identidade surda, para que assim, todos no ambiente escolar inclusivo se familiarizem com essa nova dinâmica na composição da sala de aula, e, com as diferenças sociais do indivíduo surdo.

Então, quando o intérprete faz o papel de promoção da cultura surda assume um caráter de credibilidade e relacional com a comunidade surda. (STROBEL, 2016). Com Strobel (2016, p. 137-138), apresenta situações que permitem o sujeito ouvinte na aproximação com a cultura surda, e assim, consigam entender as especificidades:

- Visitar e frequentar as comunidades surdas: associações, igrejas, convenções, escolas de surdos, eventos esportivos, teatros e outros;
- Conviver com os sujeitos surdos em situações informais e formais;
- Pesquisar e estudar livros ou materiais informativos do povo surdo;
- Conhecer e ler sobre todos os artefatos culturais do povo surdo;
- Procurar respeitar e valorizar as diferenças culturais do povo surdo tendo uma construção intercultural, isto é, uma troca, compartilhação e uma aproximação harmoniosa entre ambas as culturas;
- Respeitar os espaços conquistados pelos sujeitos surdos enquanto estão em produção cultural. Por exemplo: tem muitos sujeitos ouvintes que querem “competir” com os surdos e assim fazem com que o povo surdo suspeite deles, devido à longa história de opressão, de lutas, de relações de poder para conquistarem seus espaços. Tem muitos ouvintes que se aproveitam dos espaços conquistados pelos surdos para ensinar a língua de sinais e outras coisas, alegando que têm direitos iguais... Mas onde estão os direitos de igualdade, enquanto na sociedade os sujeitos ouvintes geralmente são preferidos aos surdos? Isso acontece na maioria das empresas, nas universidades, nas instituições ou até mesmo em igrejas, que preferem profissionais ouvintes para não ter que contratar intérpretes para os profissionais surdos. Também pela barreira de comunicação é mais fácil contratar um ouvinte, sabendo que para sujeitos surdos é mais difícil conseguir contatos via telefone, por exemplo. No futuro, quando a sociedade tiver uma representação sem estereótipos e mais positiva em nível de igualdade entre os surdos e ouvintes, se olharem o povo surdo com diferença cultural, e não como deficientes daí não haveria essa “guerra cultural” entre eles. (STROBEL, 2016, p. 137-138).

Por meio disso, é necessário entender que os grupos sociais possuem suas especificidades culturais, e deve acontecer uma aproximação de ambos, para se entender e muitas das vezes se completarem, como acontece no caso do ILS que faz a mediação entre duas culturas distintas, e com isso, assume o papel de agente integralizador, para que as pessoas surdas incluídas em escolas regulares consigam ter acesso a uma representatividade da cultura surda, e assim, se faz o elo cultural, sempre respeitando e valorizando que o criador da cultura e identidade surda são as pessoas que se consideram surdas.

Portanto, pode-se chegar ao fim que a aproximação de pessoas surdas com o TILS somente tende a somar na divulgação da cultura surda, pois esse profissional assume a função de ser um mediador na comunidade majoritária, isto é, faz a aproximação dos sujeitos surdos que vivem e tem contato direto com os ouvintes, para conhecer e criar uma ligação afetiva com o seu semelhante, para que assim, tenha a percepção da sua cultura surda como um todo, pois se eles são sujeitos visuais, que possuem uma língua própria, como também, os oito artefatos culturais foram por conta de toda a luta de seus ancestrais, e assim, necessitam ter a ciência que ela existe, é como estão incluídos na sociedade majoritária, o agente intercultural que fará essa intermediação é o intérprete de Libras, para que assim, essa atuação quebre as fronteiras entre duas comunidades, pois o ILS fará uma mediação tanto linguística e cultural, para o fortalecimento da marca cultural surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecendo a história que os sujeitos surdos passaram, para ter o seu reconhecimento, como também à luta pela sua língua, cultura e identidade, vale considerar que os mesmos não vivem isolados na sua comunidade, mas sim, são frequentadores da comunidade majoritária, pois transitam nos espaços públicos, e por conta disso, tem o direito à inclusão.

Esse movimento de inclusão está acontecendo principalmente nas escolas regulares, entretanto, sabe-se que essas pessoas surdas também estão incluídas em outros lugares, e por isso, é necessária uma estruturação específica para receber essa comunidade.

A inclusão precisa acontecer em todos os espaços sendo no sentido da valorização e respeito da sua diferença cultural linguística, como também, nas suas estruturas físicas, ou seja, com os oito artefatos culturais surdos, notou-se que esses indivíduos são visuais, então os ambientes precisam ter uma iluminação boa, sem poluição, então os cartazes, terem a divulgação da informação de forma clara e coesa, para que os indivíduos surdos consigam ter acesso à mensagem completa.

Sendo assim, é importante considerar a LS no papel da inclusão, pois essa comunidade tem sua própria língua, que deve ser utilizada para a instrução na escola regular e nas esferas sociais, quando olha na história da sociedade, evidenciasse que tentaram e tentam fazer a normalização desse sujeito, proibindo o uso da sua língua de sinais, como também, procurando outras formas comunicativas, para se passar uma informação.

Com o reconhecimento da Libras, sabe-se que ela permite um desenvolvimento para o povo surdo, então, por isso, a luta para que em todos os espaços públicos se tenha o ILS, para realizar a mediação comunicativa e cultural para esse povo na comunidade majoritária.

Por meio do profissional tradutor-intérprete de Libras acontece a inclusão das famílias ouvintes com filhos surdos na comunidade surda, pois com ele, pode-se influenciar a participarem, e assim, a criança/adolescente surdo terá uma representatividade surda para se ter como um guia. Percebe-se que essa participação traz ao sujeito surdo incluído na comunidade ouvinte, um sentimento de

pertencimento – pois se identificam com os outros indivíduos surdos, dado que encontram semelhanças.

A representação da cultura surda é construída na literatura surda, pois esse espaço encontra-se diferentes mecanismos para compartilhar as histórias de opressões e vitórias vivenciadas pelo povo surdo, que são os usuários da Libras e possuem a perda auditiva, são considerados surdos. Esses sujeitos são participantes assíduos nas associações de surdos, pois nesse local se reúnem surdos e ouvintes com o intuito de se socializarem, através de festividades ou esportes.

Mas, a subjetividade surda é exposta nas artes visuais também, pois os seus criadores trazem em suas obras de artes, todo um sentimentalismo exacerbado, apresentando como na literatura surda às opressões e o aceitamento vivenciado pelo indivíduo surdo.

Contudo, na trajetória histórica da comunidade surda tem-se a influência política, ou seja, se as pessoas surdas conseguiram ter o reconhecimento da sua língua de sinais, uma educação focada na abordagem bilíngue, como também o respeito à cultura surda, foi pelo motivo da luta social que esse povo realizou e conquistou.

Nota-se que os sujeitos surdos precisam ter acesso a recursos de acessibilidade para conseguir se inserir com mais facilidade na comunidade majoritária, quando espaços públicos não têm a presença do ILS, e com isso, contam com os materiais, que são os apoiados em tecnologias para incluir esse sujeito em cada esfera social.

Nesse sentido, pode-se concluir que os oito artefatos culturais surdos somente vêm ancorados na percepção da diferenciação cultural que os indivíduos surdos possuem, e com eles, tem-se a valorização, respeito e sentimentalismo das condições da representatividade da cultura e identidade surda.

Vale lembrar que as escolas regulares necessitam trabalhar sobre a abordagem educacional bilíngue, ou seja, a primeira língua da pessoa surda é a Libras, então toda a sua escolarização deve ser adaptada para que aconteça a formação nessa língua de sinais, como também, por meio dela consigam aprender a língua portuguesa na modalidade escrita, sendo que precisam ser além de alfabetizados, mas sim letrados. Então, essa educação deve ser apoiada na cultura

surda, com textos, imagens, vídeos, entre outros recursos, apresentar um sentimento de pertencimento na cultura surda.

Considerando que a mediação comunicativa precisa ser por meio do TILS, pois esse é o polo de união entre os dois povos, e participa da comunidade surda, pois conhece, respeita e divulga a LS como a cultura surda, para os sujeitos surdos e ouvintes.

Dessa forma, o ILS assume além da tradução e interpretação de uma língua para outra, assume o papel da divulgação da cultura surda na comunidade majoritária, em todo o trabalho acadêmico evidenciou esse profissional como um agente integralizador, uma vez que atua diretamente com duas culturas, línguas, representações sociais, e acontece por meio dele, todo um trabalho do respeito e da percepção da cultura e identidade surda.

Por esse motivo, a atuação desse profissional precisa estar em todas as esferas sociais, para que o sujeito surdo se sinta pertencente na comunidade ouvinte, pois o TILS interfere na aproximação desse povo surdo na comunidade majoritária, principalmente quando atua como IE, pois nas escolas inclusivas está garantindo uma educação acessível e de qualidade, realizando uma dinâmica, para a educação de surdos aconteça com o apoio na cultura surda. Logo que se cria uma troca de experiências, com o viés formador, por conseguinte, o intérprete troca vivências com os sujeitos surdos, como também, compromete-se em aprender novos sinais, e com isso, lhe garante mais fluência em Libras.

Por fim, esse trabalho concluiu que a educação está acontecendo em escolas regulares e no interior da comunidade surda, tendo o tradutor-intérprete de Libras como o agente mediador de ambos. Dado que esse profissional está atuando nas instituições de ensino como uma pessoa que divulga a cultura surda, como também transmite que esse sujeito surdo tem uma diferenciação linguística, histórica, cultural, que estará evidenciada no interior da comunidade surda, ou seja, na troca que surdos realizam entre si. E que essas particularidades devem fomentar no reconhecimento pessoal e cultural, do povo surdo brasileiro.

Considerando isso, percebe-se que é necessário realizar uma pesquisa de campo no interior da comunidade surda, para se observar com clareza como se desenvolve a cultura surda, nas interações entre sujeitos surdos e os intérpretes de Libras, e os sujeitos surdos inclusos participantes da comunidade majoritária tendo o contato com representações surdas que participam da cultura surda, é uma proposta

para pesquisas futuras. O presente trabalho espera-se contribuir com a formação dos profissionais da educação que venham a trabalhar no contexto da cultura surda ancorada na educação bilíngue.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 fev. 2023.
- BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- BRASIL. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação De Surdos. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004. p. 94. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2022.
- CAPPELLINI, Michele Toso; SANTOS, Lara Ferreira dos. As interações comunicativas entre familiares ouvintes e sujeitos surdos: possibilidades de ressignificações. **Revista Educação Especial**. v. 33, p. 1-23, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/48563>>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma Remígio de. O Intérprete de Língua de Sinais no Contexto da Educação Inclusiva: o Pronunciado e o Executado. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 18, n. 3, p. 391 – 410, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n3/a04.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- FINAU, Rossana. POSSÍVEIS ENCONTROS ENTRE CULTURA SURDA, ENSINO E LINGÜÍSTICA. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006, p. 216-251. In: QUADROS, Ronice Müller (Orgs). **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.
- GESSER, Audrei. **O Ouvinte e a Surdez**: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012.
- HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências**: Aspectos teóricos e práticos para contribuir para uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.
- LACERDA, Cristina B. F. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

MACHADO, Paulo César. INTEGRAÇÃO/ INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR: UM OLHAR DO EGRESSO SURDO. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006, p. 38-75. In: QUADROS, Ronice Müller (Orgs). **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

MARTINS BRIEGA, Diléia Aparecida. **Você disse Libras? O acesso do surdo à educação pelas mãos do intérprete de Libras**. Araraquara: Letraria, 2019.

MESERLIAN, Kátia Tavares; VITALIANO, Célia Regina. Análise sobre a Trajetória da Educação dos Surdos. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. 2009, p. 3736-3750. Disponível em: < <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Analise-sobre-a-trajetoria-historica-da-educacao-dos-surdos.pdf> >. Acesso em: 29 set. 2022.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. **Literatura Surda**: produções culturais de surdos em Língua de Sinais. 2011, 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 16 jun. 2022.

OLIVEIRA, Quintino Martins de; FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma. EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL: UM PERCURSO HISTÓRICO E NOVAS PERSPECTIVAS. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 2, n.2, p. 173- 196, jul.-dez., 2017. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/17526/5/Artigo%20-%20Quintino%20Martins%20de%20Oliveira%20-%202017.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2022.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.05, p. 217-226, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1282/4249> >. Acesso em: 23 dez. 2022.

PINHEIRO, Daiane. **YouTube como pedagogia cultural**: espaço de produção, circulação e consumo de cultura surda. 2012, 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6995/PINHEIRO%2c%20DAIANE.PDF?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 30 mar. 2021.

PINHEIRO, Lucineide Machado. Adaptações curriculares na construção de práticas de letramento para alunos surdos. **Revista Educação Especial**. v. 32, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/32502> >. Acesso em: 29 mar. 2021.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: Estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller; MASSUTTI, Mara. CODAs brasileiros: libras e português em zonas de contato. *In*: QUADROS, Ronice Müller; PERLIN, Gladis. (org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis – RJ: Arara Azul, 2007. p. 238-266.

RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; BENITES, Karla. Inclusão Escolar do Aluno Surdo. **Revista EaD & Tecnologias digitais na educação**. v. 7, n. 9, p. 73 – 84, 2019. Disponível em: < <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/10810/5454> >. Acesso em: 29 mar. 2021.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2007.

SANTOS, Taiane Santos dos. **Narrativas Surdas**: experiências na comunidade e na cultura surda e a constituição de identidades. 2012, 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190712/SANTOS%20Taiane%20Santos%20dos%202012%20%28disserta%c3%a7%c3%a3o%29%20UFPel.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA, Danilo da; FERNANDES, Sueli de Fátima. O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense. **Revista Educação Especial**. v. 31, n. 60, p. 35 – 50, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24814/pdf> >. Acesso em: 29 mar. 2021.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

VELOSO, Éden; MAIA, Valdeci. **Aprenda Libras**: com eficiência e rapidez. 8. ed. Curitiba: Mãos Sinais, 2013.